

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**FORMAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS PRODUTIVOS  
NO ÂMBITO DA POLÍTICA PÚBLICA: relato de uma  
experiência**

SIMONE APARECIDA PASSOS

DEFINIDO EM  
FPOLIS 29/04/02

  
Prof.<sup>ª</sup> Krystyna Matys Costa  
Chefe do Depto. de Serviço Social  
CSE/UFSC

Florianópolis, Abril de 2002.

SIMONE APARECIDA PASSOS

**FORMAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS PRODUTIVOS NO  
ÂMBITO DA POLÍTICA PÚBLICA: relato de uma experiência**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, elaborado pela acadêmica Simone Aparecida Passos e orientado pela Professora Doutora Maria Ester Menegasso.**

Florianópolis, abril de 2002.

**BANCA EXAMINADORA**

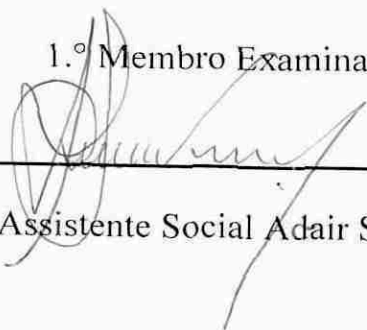
Presidente da Banca:



---

Professora Doutora Maria Ester Menegasso

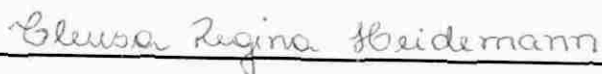
1.º Membro Examinador:



---

Assistente Social Adair Silveira

2.º Membro Examinador:



---

Assistente Social Cleusa Regina Heidmann

**NOTA FINAL:**

## AGRADECIMENTOS:

- □ A Deus, o criador, que sempre esta presente, me fortalecendo, em todos os momentos da minha vida.
  
- A minha família que me deu apoio nos momentos de dificuldade e compartilhou comigo os momentos que foram de vitória e alegria, em especial a minha mãe, ao meu marido Cristiano e ao meu pequeno Gabriel, que entrou em nossa vida de modo inesperado, mas que hoje traz mais alegrias que o esperado.
  
- □ Aos professores, que no decorrer do curso, foram nossos alicerces durante o repasse do conhecimento, em especial a Professora Maria Ester Menegasso, pela orientação desse trabalho.
  
- As minhas novas colegas, funcionárias do Departamento de Serviço Social, em especial Berenice e Juliana, que compartilharam comigo alguns momentos difíceis durante a elaboração deste trabalho.
  
- □ As colegas de turma, em especial Carla Maria, Carla Letícia, Andréia, Silvania e Daiane, que viveram e compartilharam comigo todos os momentos da vida acadêmica.
  
- □ As Assistente Sociais e Técnicas(o) da Divisão de Capacitação Profissional, pelo apoio e auxílio desde o início do estágio, até o término da elaboração deste trabalho.

- Agradeço em especial ao Grupo de Produção “Nós Artesãs Unidas do Abraão”, por entender que durante o momento de convivência não havia somente repasse de conhecimento, mas sim uma troca, onde a cada dia um aprenderia com o outro.

Certamente não nos interessa a liberdade que nos querem doar, conceder ou impor, mas aquela que nós mesmos construímos; caso contrário, não seria liberdade. (Pedro Demo, 1996)

## SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	06
1. INTRODUÇÃO.....	08
2. AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO.....	10
3. POLÍTICAS SOCIAIS	
3.1 POLÍTICAS SOCIAIS DE TRABALHO.....	16
3.2 POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS DE TRABALHO E RENDA.....	17
3.2.1 Qualificação profissional.....	21
4. FLORIANÓPOLIS E O PROCESSO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS	
4.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO SÓCIO ECONÔMICA DO MUNICÍPIO.....	24
4.2 A PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS E A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA.....	26
4.2.1 A atual Gerência do Trabalho e Ação Comunitária.....	30
5. A EXPERIÊNCIA VIVENCIADA	
5.1 DA CAPACITAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO - o processo de formação do Grupo de Produção do Conjunto Habitacional Via Expressa.....	34
5.2 A AÇÃO DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL JUNTO AO GRUPO DE PRODUÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL VIA EXPRESSA – ABRAÃO.....	44
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
7. REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA.....	66
8. ANEXOS	

## LISTA DE SIGLAS

- AFLOV – Associação Florianópolis de Voluntários.
- AMBA – Associação dos Moradores do Bairro Abraão.
- BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Social.
- CEF – Caixa Econômica Federal.
- CETE – Conselho Estadual de Trabalho e Emprego.
- CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas.
- CMTE – Conselho Municipal de Trabalho e Emprego.
- CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador.
- COHAB/SC – Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina.
- DDS - Departamento de Desenvolvimento Social.
- EPAGRI – *Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina.*
- CEFET/ETFSC – Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina.
- FLORAM – Fundação Municipal de Meio Ambiente de Florianópolis.
- GERAVIDA – Geração de Renda e Valorização da Vida.
- GTAC – Gerência do Trabalho e Ação Comunitária.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- IPUF – Instituto de Planejamento e Urbanismo de Florianópolis.
- LBV – Legião da Boa Vontade.
- MTb – Ministério do Trabalho.
- NAUA – Nós Artesas Unidas do Abraão.
- PEA – População Economicamente Ativa.
- PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador.
- PMAS – Plano Municipal de Assistência Social.
- PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis.

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios.

PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda.

SEFOR – Secretaria Nacional de Formação e Desenvolvimento Profissional

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte.

SESC – Serviço Social do Comércio.

SESI – Serviço Social da Indústria.

SINE – Sistema Nacional de Emprego.

SPPE – Secretaria de Política Pública de Emprego.

SUSP - Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos.

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina.



## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de Conclusão de Curso é o resultado da experiência de estágio desenvolvida no período de janeiro a julho de 2001, na Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), mais especificamente no Departamento de Desenvolvimento Social (DDS), que estava naquele momento vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Trata-se do relato de uma experiência de geração de trabalho e renda no âmbito das políticas públicas, em um contexto social de aumento do desemprego e, conseqüentemente, do número de trabalhadores excluídos.

Este trabalho tem como objetivo relatar tanto a experiência vivenciada quanto as ações de intervenção do profissional de Serviço Social no grupo, apontando assim mais um rico campo de atuação desse profissional.

As atividades de estágio consistiam no acompanhamento do Grupo de Produção em artigos de Crochê – Nós Artesãs Unidas do Abraão (NAUA), situado no Conjunto Habitacional Via Expressa, bairro Abraão – Florianópolis/SC. O grupo é fruto do Sub-projeto Geração de Emprego e Renda do Projeto Geração de Renda e Valorização da Vida (Geravida).

O Sub-projeto Geração de Emprego e Renda tem como objetivo propor alternativas de geração de trabalho e renda àqueles que estão fora do mercado de trabalho, melhorando a qualidade de vida dessas pessoas.

Sendo assim, este trabalho descreve a criação e o desenvolvimento do grupo NAUA, em uma época em que há declínio na oferta de emprego. Nessas ocasiões, determinados segmentos da população ficam mais vulneráveis à exclusão do mercado formal de trabalho, que aposta em tecnologias avançadas e exige uma mão-de-obra extremamente qualificada.

A experiência então vivenciada surgiu no âmbito das Políticas Públicas que objetivam amenizar o impacto do desemprego no município de Florianópolis.

O presente estudo está estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, iremos ressaltar as mudanças da condição trabalho a partir do século XIX, procurando explicitar

como essa condição se define atualmente. Descreve-se a época em que o trabalho assalariado era sinônimo de uma condição miserável e desprezada. Com as revoluções e lutas pela conquista de direitos e contra a exploração, essa condição passa a ser privilegiada, sendo que até os filhos da burguesia queriam participar dela. Atualmente, o emprego, configurado pela forma de trabalho assalariado que assegura os direitos trabalhistas, vem-se reduzindo e milhares de trabalhadores são atingidos, principalmente os que não possuem qualificação.

No segundo capítulo, a abordagem recai, num primeiro momento; sobre as Políticas Sociais voltadas para o trabalho e, em seguida, sobre as Políticas Públicas de Geração de Trabalho e Renda. É ressaltada também a importância da qualificação profissional nos dias atuais, como forma de conseguir um emprego e manter-se empregado ou somente gerar renda.

O Governo Municipal e as iniciativas de Geração de Trabalho e Renda consistem no assunto abordado no terceiro capítulo. Neste capítulo, relatou-se também o processo de criação da atual Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, que surge substituindo o Departamento de Desenvolvimento Social, órgão responsável pelas ações de geração de trabalho e renda no momento do estágio.

Colocamos, no quarto e último capítulo, o relato da experiência vivenciada no Grupo de Produção Nós Artesãs Unidas do Abraão (NAUA) do Conjunto Habitacional Via Expressa, além do processo de intervenção do profissional de Serviço Social no Grupo de Produção que, pautado nos princípios do Código de Ética profissional, envolve ações que se constituem em geral por um processo pedagógico, envolvendo os processos de mobilização e organização. Este profissional desempenha junto ao grupo o papel de mediador entre Estado e sociedade, e tem preocupação, além da geração de renda, a autopromoção dos envolvidos, conscientizando-os no sentido de que todos somos agentes de transformação social e detentores de direitos.

Para finalizar, temos as considerações finais, onde apontamos algumas recomendações em relação ao trabalho de formação de empreendimentos produtivos.

## 2 AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO

Em uma retrospectiva da história da produção e do trabalho, percebe-se que vêm ocorrendo significativas transformações. As sociedades atuais confrontam-se com mais um novo desafio no âmbito do mercado do trabalho, sendo que esse setor vem passando, nas últimas décadas, por uma das crises mais violentas da história.

Robert Castel (1996) diz que, no século XIX, o trabalho assalariado era exercido pelo proletário, ou seja, alguém que não tem nada, não possui nenhuma propriedade; tem apenas a força de seus braços para vender, e o faz geralmente de forma frágil e miserável. Paoli (1987, p.60) descreve o espaço fabril do século XIX como “sem dúvida o lugar crucial da proletarização, com experiências de exploração direta de homens, mulheres e crianças, tornados entidades produtivas para o capital”.

Tratava-se da condição social mais ingrata, mais penosa e desprezada. O proletariado do princípio da industrialização era submetido a condições subumanas, situação que se prolonga até o início do século XX.

Devido a essa condição miserável, as pessoas buscavam a todo momento uma saída. Alguns trabalhadores, ao adquirirem um mínimo de estabilidade financeira, procuravam comprar seus instrumentos de trabalho e trabalhar por conta própria. Nesta época, ser protegido, ter prestígio e poder era sinônimo de ter bens, de ser proprietário.

Na segunda metade do século XIX, inicia-se um processo de conflitos e lutas que convergem para a idéia de que o assalariamento não é mais uma condição provisória, como se acreditou por longo tempo. No início do século XX, no Brasil a classe proletária, revoltada com as explorações, dá início a pequenas revoluções: “(...)pequenas greves, movimentos internos às empresas, resistências à hierarquia e à disciplina fabril, mobilizações intermitentes em relação à remuneração salarial e à jornada de trabalho” (Paoli, 1987, p.62).

O governo de Getúlio Vargas, de 1930 a 1954, é caracterizado como um período onde os trabalhadores adquirem um mínimo de proteção social com a criação, em 1943, da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), documento que estabelece os direitos do

proletariado em relação ao trabalho, como por exemplo o salário mínimo, a delimitação de horas de trabalho, o direito à organização sindical e diversos serviços sociais mantidos pelo Estado.

Com o desenvolvimento da industrialização no Brasil, à qual foi atribuída a responsabilidade de sustentar o desenvolvimento econômico juntamente com a urbanização, o trabalho assalariado se amplia.

Em meados do século XX, a sociedade salarial, não sendo mais uma condição desprezada, se materializa, e insere-se em “uma sociedade na qual a maioria dos sujeitos sociais tiram do lugar que ocupam no salariado não somente sua renda mas, também, seu status, sua proteção, sua identidade” (Castel, 1996, p.5).

Essa sociedade cria um tipo de proteção ligada ao trabalho. Agora, para estar protegido, não era necessariamente preciso ser proprietário, ter bens; fazendo parte da sociedade assalariada já se estava protegido contra os principais riscos da vida em sociedade, como a doença, o acidente e a velhice. Sendo assim, o assalariado é visto sob uma nova ótica: ocupa uma posição atrativa e invejada, em torno da qual o conjunto da sociedade se organizou. Segundo Castel (1996), esse tipo de atividade passou a ser uma fonte de renda confortável, e aquele que se encontrava nesta situação passou a ocupar uma posição de prestígio e de poder.

Dadas estas condições, os representantes do patrimônio e da burguesia inserem seus filhos no mercado do assalariado, por meio das grandes escolas e dos diplomas. Sendo assim, a sociedade salarial

é uma sociedade que continua fortemente hierarquizada. Não é uma sociedade de igualdade, permanecem injustiças, permanece a exploração. É, também uma sociedade conflituosa na qual os diferentes grupos sociais são concorrentes, mas é uma sociedade na qual cada indivíduo desfruta de um mínimo de garantias e de direitos (CASTEL, 1996, p.6).

A crise que foi citada anteriormente, diz respeito a uma transformação que vem ocorrendo nessa sociedade chamada salarial. As mudanças nos modos de produzir estão ocasionando a diminuição do número de empregos e conseqüentemente a perda dos direitos constituídos até hoje, o que substancia um processo de regressão em relação ao que aconteceu no início do século XX: atualmente, o que vem acontecendo é a transformação do emprego em diferentes formas de ocupação, na maioria delas sem garantias nem direitos. É uma época que, em vez de adquirir mais direitos, o trabalhador luta para garantir e efetivar materialmente os já existentes.

O mercado de trabalho do século XXI vem sofrendo significativas transformações e, como conseqüência, é possível sentir o problema do desemprego assolando a sociedade.

O conceito de emprego, entendido como um trabalho formal remunerado prestado ao empregador, regido por um contrato de trabalho que garante direitos e proteção ao trabalhador, vem transformando-se em desemprego ou em diferentes tipos de trabalho, devido à chamada reestruturação produtiva, entendendo como trabalho uma ocupação econômica tanto formal como informal.

Trata-se de uma mudança nas formas de produção, onde é intenso o uso de tecnologias havendo um rompimento com os conceitos fordistas/tayloristas<sup>1</sup>, fazendo crescer os níveis de desemprego.

Como as empresas vêm mudando seus modos de produzir, mudam também as relações de trabalho. As novas feições assumidas pelo emprego no século XXI chamam a atenção para um termo denominado “empregabilidade” — ou melhor, trabalhabilidade, onde toda pessoa com idade economicamente ativa deve ser adaptável aos requisitos do mercado de trabalho. Koike (1999, p.105) define empregabilidade como sendo “as condições individuais de competência e aptidão para: chegar ao mercado de trabalho, manter-se no emprego e reingressar no mercado de trabalho”. O termo trabalhabilidade, segundo Barboza (2001), é melhor aceito, pois diz respeito ao trabalho com ou sem vínculo empregatício.

Essas transformações devem-se aos processos de internacionalização, de mundialização e de forte concorrência e competitividade a que estão sujeitas as empresas, sendo que o trabalho passa a ser alvo principal de dois tipos de redução de custos. Trata-se de minimizar a força de trabalho e, ao mesmo tempo, maximizar a eficácia produtiva”.

Essa flexibilização atinge a empresa e, conseqüentemente, o empregado, que se vê obrigado a se adaptar a essas novas situações, qualificando-se e ganhando quase nada em troca; caso contrário, acontece a demissão dos “não-qualificados” do mercado de trabalho.

Como conseqüência da desqualificação e da flexibilização das empresas, ocorre a elevação do índice de desemprego, bem como a transformação do emprego em formas diversas de trabalho. O funcionário demitido, ao buscar uma nova inserção no mercado de trabalho, muitas vezes não possui a qualificação exigida pela grande maioria das empresas, e vai ter acesso somente ao subemprego ligado à realização do trabalho informal, seja ele por

<sup>1</sup> Padrão produtivo capitalista desenvolvido ao longo do século XX e que se fundou basicamente na produção em massa, em unidades produtivas concentradas e verticalizadas, com um controle rígido dos tempos e dos movimentos, desenvolvidos por um proletariado coletivo e de massa, sob forte despotismo e controle fabril. (ANTUNES, 1999, p.19)

conta própria (como por exemplo a atividade dos vendedores ambulantes e dos catadores de papel) ou sob a ordem de um terceiro, mas sem contrato de trabalho.

O processo de precarização do trabalho não atinge somente os trabalhadores com baixo nível de escolaridade, mas sim todos que não estiverem dentro do padrão pedido pelo mercado. A flexibilização pede qualidade e aquele que apresentar a melhor qualidade, a melhor qualificação, aquele que estiver acompanhando o processo do avanço tecnológico, da era da microeletrônica e da automatização, é que será absorvido. Sendo assim, a partir do momento em que o trabalhador não está mais respondendo aos requisitos de qualidade da empresa, ele aos poucos será demitido, o que implica em uma “espécie de choque que atravessa o conjunto da sociedade salarial e que a desestabiliza (...), pois a instabilidade do emprego vai substituir a estabilidade do emprego como regime dominante da organização do trabalho”, e isso é “talvez mais grave que o desemprego” (CASTEL, 1996, p.9).

Uma grande questão está no ar: como o mercado de trabalho pode exigir qualificação máxima em um país que, segundo o Ministério do Trabalho, possui uma população economicamente ativa (PEA) em torno de 76 milhões (IBGE, 2001), sendo que 74 milhões deles têm menos de quatro anos de estudo e 20% deles são analfabetos? (MTb,1998). Isso vem acontecendo mesmo num país onde a constituição garante que todos cidadãos devem ter acesso a, no mínimo, oito anos de estudo. Parece até uma ironia, mas não é; trata-se da atual situação da economia brasileira.

A revolução tecnológica pode ser considerada um grande fator causador do grande número de dispensas de trabalhadores. A globalização facilita a disseminação das mais recentes tecnologias entre os diversos países. Esses novos tipos de máquinas tornam desnecessário um grande contingente de mão-de-obra e, como conseqüência, ocorre a substituição do homem pela máquina. Assim, o que se pode perceber é que o desemprego devido à robotização das linhas de produção significa a contratação de um pequeno número de pessoas extremamente qualificadas.

Diante dos fatos, percebe-se que a alta da tecnologia significa alta na taxa da produção, acompanhada de elevadas taxas de desemprego e baixos salários, pois uma máquina faz o trabalho de, por exemplo, dez funcionários.

Embora o nosso século seja considerado um dos períodos mais ricos, seja em termos da natureza produtiva, seja no que diz respeito ao avanço tecnológico, a humanidade presencia uma diminuição nos “níveis salariais dos trabalhadores (...), assim como aumenta a exclusão do mercado formal de trabalho” (MENEGASSO, 2000, p.22).

Nas grandes metrópoles brasileiras, o problema do desemprego torna-se mais evidente, pois devido à robotização dos processos de produção na área rural, a necessidade de mão-de-obra se reduz muito, o que acarreta a migração da população do meio rural para o urbano, causando o chamado inchaço populacional. Dowbor e Bava (1996, p.91), colocam que no Brasil o processo de urbanização foi particularmente acelerado e violento. Entre os anos 60 e 80, a área rural viveu um fortíssimo êxodo de populações agrícolas que nos transformou, num pequeno espaço de tempo, de país rural em país urbano.

De acordo com a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) do IBGE, entre 1992 e 1996 houve uma redução em torno de 8,5% do emprego na agricultura. Essas pessoas vêm para as grandes cidades em busca de melhores condições de vida e, quando aqui chegam, deparam-se com um nível ainda maior de pobreza pois, no meio rural, a população se alimenta praticamente do que planta, ao passo que, chegando na cidade, essa mesma população se descobre sem moradia, sem alimentação e principalmente sem emprego, frustrando as expectativas que motivaram a migração. Segundo Dowbor e Bava (1996), além do implemento tecnológico, as principais causas do abandono da área rural são a subutilização da terra determinada pela monocultura, o uso da terra como reserva de valor e a pecuária extensiva.

A PNAD-1998 coloca que, principalmente nas regiões metropolitanas do país, o emprego industrial vem caindo. Isso se deve, em parte, ao deslocamento das indústrias situadas nessas regiões para o interior dos Estados, o que diminui ainda mais as chances de emprego para os imigrantes da área rural. Esse fenômeno passa a dar espaço ao crescimento do setor de serviços que, de 1992 a 1996, teve um crescimento em torno de 14% (AMADEO, 1998), favorecendo o trabalho informal.

Ainda com relação às causas do desemprego, temos os dados do IBGE-1997 (apud COHN, 2000), que mostram que 3,2 milhões de brasileiros têm dois empregos, 26,8 milhões têm jornada acima do limite legal, 5,3 milhões de aposentados continuam a trabalhar e 2,9 milhões de menores de 14 anos trabalham. Isso quer dizer que se, para sobreviver, fosse possível cada trabalhador ter somente um emprego, com jornada regular, e se os velhos e crianças parassem de trabalhar, o mercado comportaria mais 22 milhões de pessoas.

Outra causa da falta de emprego consiste na acentuada preferência que algumas entidades empregadoras têm pelas contratações por tempo determinado, com o objetivo de "aprendizagem". São os chamados estágios, as bolsas de treinamento etc. que, apesar de serem permitidas pela legislação, mascaram a necessidade de contratação de mais mão-de-obra.

Em consequência de todos esses fatores, os sindicatos — entidades clássicas de proteção e reivindicação dos trabalhadores — perdem força, pois existem muitos “excedentes”, o que dificulta as negociações.

O proletariado das sociedades industriais do início do século XX “era explorado, mas era, ao mesmo tempo, indispensável” (CASTEL, 1996, p.12). Por esse motivo, eles eram portadores de um grande poder de reivindicação. Hoje, os trabalhadores se sujeitam a qualquer tipo de trabalho, desde que lhes gere algum tipo de renda, não lhes importando muito a questão dos direitos ou da proteção ao trabalho.

Castel (1996, p.14) coloca que o que vem acontecendo é um “enfraquecimento do suporte salarial”, entendendo como “suporte salarial não apenas o salário, mas as proteções ligadas ao trabalho”. Hoje, a proteção social está cada vez mais ligada ao emprego formal fundamentado no sistema neoliberal adotado pelo país, o qual tem como premissa a diminuição das ações do Estado.

Dentro desse contexto, buscam-se novas alternativas para atender àqueles que não estão incluídos neste processo. No próximo item, abordar-se-ão as políticas sociais — mais especificamente as políticas públicas — que têm constituído uma forma de resistência à pobreza, além da perda contínua de direitos.



### 3 POLÍTICAS SOCIAIS

#### 3.1. POLÍTICAS SOCIAIS DE TRABALHO

As políticas sociais têm como objetivo amenizar questões sociais complexas e intensas, correspondendo a um conjunto de medidas e instituições que visam o bem-estar e os serviços sociais. O Estado exerce papel fundamental na formulação e efetivação dessas políticas. A “política social significa o esforço planejado de reduzir as desigualdades sociais, quando entendida como proposta do Estado. Olhada do ponto de vista dos interessados é a conquista da autopromoção” (DEMO, 1996, p.6).

Durante a Idade Média e até o século XVII, os trabalhadores eram donos tanto da matéria-prima quanto das ferramentas com que trabalhavam. Com a intensificação do comércio e da indústria entre o século XVIII e o século XIX, passaram a ser simplesmente tarefeiros assalariados. Surge então uma nova ordem social, que tem como característica marcante o processo reivindicatório.

*O proletariado nascente “tornou-se motivo de preocupação política, requerendo do Estado medidas de assistência e proteção ao trabalho” (OLIVEIRA, s/d, p.109). Surgiram assim as políticas sociais.*

É importante deixar claro que a definição de novos direitos para os trabalhadores contemplava tanto os interesses do Estado quanto os interesses da classe que reivindicava. Sem essa convergência isso talvez não fosse possível.

De acordo com Oliveira (s/d, p.109),

para o Estado, tais medidas tinham como objetivo a eliminação de situações de conflito e a antecipação no atendimento a reivindicações das camadas populares, visando, em última análise, não prejudicar o equilíbrio interno da classe dominante.

As políticas sociais aparecem, então, no interior sistema capitalista, principalmente a partir das mobilizações operárias que ocorreram ao longo das primeiras revoluções industriais, surgindo também como estratégia governamental de intervenção nas relações sociais, devido aos movimentos populares do século XIX.

Em uma breve retrospectiva das políticas sociais voltadas para o mundo do trabalho, temos três momentos especiais: a política de Previdência Social que no Brasil teve início com a lei Eloy Chaves, de 1923, que criava as primeiras caixas de aposentadoria e pensões; a criação da Consolidação da Leis Trabalhistas (CLT) que, já em 1943, “prima pela regulação e regulamentação das relações do mundo do trabalho” (MEDEIROS, 2001, p.7); e a Constituição de 1988, que instituiu outros importantes direitos ligados ao trabalho.

Nosso país é regido por uma política neoliberal defendida pelos que almejam viver “sob um único império, o do mercado(...)”. Neste contexto, “tudo o que dá lucro é bom, tudo o que não dá, é mau. Tudo o que impede o lucro, por exemplo os direitos sociais, o salário desemprego, a comida para quem não produz, são males a evitar” (ASSMANN, 1998, s/p.). Resumindo, um país que prega a redução das ações do Estado, principalmente as que resultarem em gastos e não em lucros. Apesar dessa situação, ainda existem algumas políticas sociais públicas que têm como objetivo minimizar as questões sociais provenientes da atual política do país. Discutiremos, nas seções que se seguem, a política pública de trabalho e renda, com enfoque nas políticas ativas que dizem respeito à geração do maior número possível de postos de trabalho.

### 3.2. POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS DE TRABALHO E RENDA

As políticas sociais públicas da área do trabalho dizem respeito à política social de assistência ao trabalhador. Estas, por sua vez, podem ser divididas, atualmente, em: (a) políticas ativas, que atendem o chamado setor informal e formal e se referem principalmente à qualificação profissional e aos programas de geração de emprego e renda; e (b) políticas passivas, que atendem o setor formal e dizem respeito às medidas de proteção ao trabalhador, como o seguro-desemprego e a intermediação de mão-de-obra.

As políticas públicas de trabalho e renda estão sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego e obedecem diretrizes e deliberações emanadas do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT (Federal), Conselhos Estaduais de Trabalho e Emprego – CETEs e Conselhos Municipais de Trabalho e Emprego – CMTEs. Esses órgãos são paritários e tripartites, ou seja, são compostos por igual número de representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, e têm o poder decisório descentralizado. Sendo assim, no Brasil, a política de trabalho e renda engloba atualmente tanto a mobilização do governo como a da sociedade civil para solucionar as complexas questões de geração de emprego e renda, além da questão mais ampla da construção de políticas públicas.

Segundo Cohn (2000, p.56), os novos paradigmas da ação social e das políticas de emprego e renda no Brasil são “o privilegiamento da criação de novos espaços institucionais de participação social com poder deliberativo, entendida como estratégia política que, além de possibilitar maior eficiência da gestão pública, amplia as oportunidades de acesso ao poder de novos sujeitos sociais”.

Os recursos para sustentação das políticas públicas de trabalho e renda vêm do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), que foi criado através da Lei n.º 7.998 de 11.01.1990, Art. 239, e é constituído por recursos das arrecadações do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Apoio ao Servidor Público (PASEP), 40% da remuneração dos empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e 20% da contribuição sindical. Com os recursos do FAT, o CODEFAT não só mantém as políticas ativas e passivas de trabalho e renda, como também financia outros projetos de geração de trabalho e renda. Este órgão possui a função de destinar os recursos, o que possibilita o controle social sobre o FAT.

Do montante dos recursos do FAT, 40% são destinados a financiar programas de desenvolvimento econômico através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os outros 60% são administrados pelo Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT), para a sustentação da política pública de trabalho e renda. (BARBOZA, 2001, p.94).

As transferências de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT, são efetuadas pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE/MTE), com base em convênios plurianuais e outros instrumentos firmados nos termos da legislação vigente.

No Brasil, as políticas de trabalho e renda surgem em meados dos anos 80, por iniciativa de organismos internacionais – multilaterais, governamentais ou privados

(BARBOZA, 2001, p.52), que utilizam como metodologia a concessão de financiamentos. O governo brasileiro, influenciado pelas iniciativas, passou a implantar programas dessa natureza, nascendo assim o PROGER, em 1994.

O PROGER corresponde a uma das políticas públicas ativas de trabalho e renda, que visam oferecer aos trabalhadores alternativas de geração e inserção no processo produtivo, estimulando a capacidade empreendedora e a busca da auto-sustentação.

As políticas públicas ativas não estão voltadas para a proteção do trabalhador, mas sim para a sua qualificação e a geração de um maior número de postos de trabalho.

Em Santa Catarina, o CETE/SC é quem define a Política de Trabalho e Renda. A operacionalização fica a cargo da Secretaria do Desenvolvimento Social e da Família – SDF, em parceria com o Governo Federal, Prefeituras Municipais, Instituições de ensino profissional e de assistência técnica, “Sistema S” (SENAI, SENAC, SENAT, SENAR e SEBRAE), instituições financeiras, demais secretarias e organizações públicas e privadas (UFSC, 2001, p.101).

Atualmente, o governo apresenta as seguintes políticas ativas de trabalho e renda:

- **Programa de Investimento do FAT:** visa o aumento da capacidade produtiva da economia, a dotação de capital social básico para geração e manutenção de empregos e a potencialização do emprego futuro;
- **Protrabalho:** Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador;
- **Pronaf:** Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;
- **Programa de Crédito Produtivo:** BNDS do Trabalhador e BNDS Solidário;
- **Finepe:** Financiadora de Estudos e Projetos, vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia;
- **Projetos de saúde, educação, seca e estiagem;**
- **Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER):** política voltada para quem deseja iniciar ou expandir o seu próprio negócio. Instituído em 1994 pelo CODEFAT, o programa dispõe de linhas de crédito para financiar empreendimentos industriais, comerciais ou de serviços na área urbana, com o objetivo de apoiar a geração e a manutenção de emprego e renda.

O PROGER urbano atende micro-empresas e empresas de pequeno porte, cooperativas e associações, assim como pessoas físicas que atuam no setor informal da economia.

Os recursos do PROGER destinam-se a três tipos de beneficiários:

1. Pessoas físicas: trabalhadores autônomos, empreendimentos de caráter domiciliar, prestadores de serviços, profissionais de nível superior recém formados (desde que devidamente estabelecidos) e artesãos;
2. Pessoas jurídicas: micro-empresas e empresas de pequeno porte, implantadas ou em fase de implantação, que necessitam de apoio financeiro para expandir seu negócio, aumentando e mantendo a renda e o número de funcionários;
3. Cooperativas e associações: cooperativas e associações que necessitem de financiamento para investimento (aquisição de máquinas e equipamentos, aquisição/reforma de imóveis, dentre outros) e para capital de giro, que permitam aumentar a produtividade, mantendo ou gerando novos postos de trabalho.

➤ **Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR):** tem como objetivo mobilizar, articular recursos, capacidade e competência existentes no país em matéria de educação profissional, para atingir uma oferta de qualificação profissional suficiente para atender pelo menos 20% da População Economicamente Ativa – PEA ao ano, sendo que o país possui uma PEA de 76 milhões de habitantes.

O PLANFOR é implementado por meio de Planos Estaduais de Qualificação – PEQs e de Parcerias Nacionais ou Regionais, viabilizadas mediante convênios ou outros instrumentos legais pertinentes, firmados entre os respectivos executores e as Secretarias de Trabalho, por intermédio da SPPE.

O PLANFOR busca o desenvolvimento de programas focados no mercado e na clientela, sendo essa uma exigência básica para sua aprovação.

A população-alvo do PLANFOR diz respeito a:

1. Trabalhadores desocupados, principalmente beneficiários do seguro-desemprego e candidatos ao 1º emprego, em atividades urbanas e rurais;
2. Trabalhadores sob risco de desocupação, em decorrência de processos de modernização tecnológica, privatização, redefinições de política econômica e outras formas de reestruturação produtiva, em atividades urbanas e rurais;

3. Pequenos e micro-produtores urbanos e rurais, principalmente os beneficiários de alternativas de crédito financiadas pelo FAT;
4. Trabalhadores autônomos, cooperados, autogestionados (do mercado formal e informal), especialmente aqueles afetados por fatores de sazonalidade, que comprometem o fluxo de trabalho e renda, em setores urbanos e rurais.

Além disso, também são considerados alguns critérios especiais de atendimento, como:

- a) pobreza: pessoas situadas no primeiro terço da distribuição da renda familiar “per capita”;
- b) escolaridade: pessoas com instrução inferior àquela que corresponde ao Ensino Fundamental, em especial até 4 anos de estudo (analfabetos absolutos ou funcionais);
- c) sexo: mulheres chefes de família;
- d) idade: jovens de 14 a 24 anos de idade, em especial candidatos ao 1º emprego e em situação de risco social;
- e) raça/cor: em especial pessoas de etnia afro-brasileira e indígena, além de outras minorias étnicas que possam existir nas diferentes regiões;
- f) localização: moradores da periferia de áreas metropolitanas, de municípios selecionados pelo Programa Comunidade Solidária e outras áreas urbanas e rurais que concentrem a população-alvo do PLANFOR;
- g) pessoas com necessidades especiais referentes à visão, locomoção, audição ou às capacidades mentais.

Dentro da qualificação profissional há uma grande discussão que é muito importante ser ressaltada neste trabalho. O próximo item discursará sobre este assunto.

### **3.2.1 Qualificação profissional**

Antigamente, os profissionais eram qualificados para um posto específico de trabalho. Os conhecimentos, as habilidades e as atitudes estavam relacionadas a um saber técnico. Atualmente, esse saber técnico vem se transformando: em decorrência das inovações

tecnológicas e das novas formas de organização do trabalho, “a qualificação passa a dar lugar a uma nova idéia, a da competência” (MTb, 1996).

Segundo Mehedff (MTb, 1996, p.19), é preciso ultrapassar a idéia de “operário-padrão” e educar para o surgimento de “cidadãos produtivos, ou seja, o desafio é educar para a empregabilidade”.

Algumas décadas atrás, o padrão de produção que vigorava era o Fordista (produção em série). Dava-se importância para o funcionário disciplinado, leal, pronto a “vestir a camisa da empresa”, mesmo que fosse iletrado. Esse processo contribuiu para o calamitoso perfil de escolaridade da PEA no Brasil: 3,5 anos de estudo (MEHEDFF, 2000, p.19).

Hoje, a característica do profissional citado acima não é tão importante; ao contrário, o trabalhador deve adquirir novas habilidades. Além de saber lidar com as novas máquinas, é essencial ter habilidade na área da comunicação, tanto verbal como escrita. “Assim a forma de trabalho solitário, apoiado em destrezas, passou a ser substituído por um trabalho na qual a comunicação no coletivo torna-se imprescindível”(MTb, 1996).

As políticas de educação procuram, por sua vez, desenvolver habilidades para que o trabalhador consiga sobreviver no mercado de trabalho, inserindo-se de maneira mais ampla no mundo do trabalho, sendo capaz de trabalhar em equipe, no coletivo, de se auto-gerir e organizar o trabalho, em suma, de viver integralmente em sociedade. É necessário ser competente, o que “não significa necessariamente habilitar-se para competir, mas habilitar-se para participar, colaborar, construir, conviver(...)” (DEMO, apud MTb, 1996).

No Brasil, que tem um grande contingente de pessoas analfabetas, a grande preocupação, além da educação profissional, deve ser também com a educação básica. Ou seja, além de saber ler ou escrever, é preciso fazer com que o cidadão sinta-se parte da sociedade e saiba viver nela . Todas essas habilidades “podem levar a uma maior empregabilidade do indivíduo, ou seja, maior possibilidade de manter-se empregado” (MTB, 1996), em uma época em que a “maior riqueza do trabalho é a criatividade e o trabalho intelectual” (COHN, 2000, p.110).

Deve-se ainda ressaltar que, segundo pesquisa realizada pelo SINE/SC no ano de 1999, a escolaridade e a qualificação profissional passaram a ser extremamente valorizadas na seleção de candidatos a emprego (PMAS, 2000, p.10).

No mundo, o processo de qualificação teve início após a II Guerra Mundial; já no Brasil, a política de qualificação profissional teve início em 1994. O objetivo dessa política é capacitar os trabalhadores visando a empregabilidade e a geração de renda (BARBOZA, 2001). Levando em consideração o resultado da pesquisa realizada pelo SINE, citada acima,

as exigências do mercado de trabalho e o relativo atraso na criação do processo de qualificação no Brasil, é possível perguntar: os indivíduos deste país estão preparados e/ou qualificados para o trabalho, diante de tantas transformações?

A política de qualificação segue, atualmente, a orientação do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), citado anteriormente, que é executada em conjunto com a Rede de Educação Profissional do país, como o sistema "S" (SENAI, SENAC, SENAT, SENAR e SEBRAE), Universidades e Escolas Técnicas.

Atualmente, os CMTEs da Região Sul vêm questionando a eficiência, eficácia e efetividade da política de qualificação. Reivindicam cursos com mais horas de duração pois, devido à meta de qualificar 20% da PEA ao ano, os cursos acontecem em grande número, mas com poucas horas de duração. Outros questionamentos: será que a capacitação oferecida está dando conta da demanda do mercado? E o processo de capacitação, não deveria ser mais completo?

Sendo assim, percebe-se que, após seis anos da implantação do PLANFOR no Brasil, muita coisa mudou, sendo necessárias inúmeras avaliações para que essa política atinja os objetivos propostos.

No próximo capítulo, dar-se-á continuidade a esta análise, descrevendo o processo de geração de trabalho e renda na Prefeitura Municipal de Florianópolis.



## **4 FLORIANÓPOLIS E O PROCESSO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS**

### **4.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO.**

As primeiras ocupações da ilha de Santa Catarina datam do início do século XVI e coincidem com a ação de exploradores de madeira, aventureiros e estrangeiros de diversas procedências e origens que abordaram o litoral brasileiro tentando configurar a posse e ocupação jurídica do território (Plano Municipal de Assistência Social - PMAS, 2000, p.2).

No início do século XX, o setor de construção civil foi um dos principais suportes econômicos do município, que passou por grandes transformações. Dessa forma, ocorreu um significativo desenvolvimento urbano, e a cidade se afirmou como capital do estado.

O município de Florianópolis, segundo dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - I.B.G.E. no ano 2000, possui 341.781 habitantes.

O município de Florianópolis “é o segundo município mais populoso do Estado” (PMAS, 2000, p. 09). De acordo com o censo do IBGE/2001, 41% dos habitantes não são originários do município, sendo que, no período de 1991 a 1996, houve um crescimento de 10,80% na população vinda de outras cidades (IBGE/96).

Essas pessoas, como já citado anteriormente, buscam melhores oportunidades de emprego, visando melhorar a qualidade de vida. Os migrantes geralmente são oriundos do interior do estado, onde a atividade que mais requer mão-de-obra é a agricultura. Quando aqui chegam, procuram se estabelecer e descobrem que o custo de vida ultrapassa todas as suas previsões. Instalam-se, assim, nas periferias da cidade, nas encostas de morros ou em áreas de preservação ambiental, constroem seus "barracos" em lugares sem nenhuma infra-estrutura e ali tentam reconstruir a vida. Esses trabalhadores não possuem o mínimo de qualificação e acabam caindo na mendicância ou no subemprego. De acordo com Demo (1996, p.9), o êxodo rural é inevitável, tanto porque “o trabalhador rural é forçado a isto por razões da exacerbação

da pobreza (secas, divisão excessiva da terra, falta de terra etc.) como porque o assume no caso de melhorar de vida”.

A capital de Santa Catarina combina a não-absorção da mão-de-obra no mercado de trabalho com o processo de migração de trabalhadores originários do interior do estado (PMAS, 2000, p.10).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 1996), vivem na cidade 30.000 pessoas cujas famílias possuem renda apenas para adquirir uma cesta básica por mês, número este que compreende 11,76% da população, índice superior a metrópoles como Rio de Janeiro (10,2%) e São Paulo, (6,3%) (PMAS, 2000, p.10).

O município ocupa o primeiro lugar na sua micro-região no que diz respeito à captura de peixes e moluscos. Ao mesmo tempo, possui unidades de beneficiamento de moluscos, mexilhões e ostras operacionalizadas pelos próprios maricultores, com incentivo de entidades interessadas no desenvolvimento econômico do município (EPAGRI apud PMAS, 2000).

O município de Florianópolis também desenvolve projetos na área de aquicultura (piscicultura e maricultura ) e, pelas suas características, poderá ser um grande centro de produção de ostras.

A administração pública também se destaca bastante, mas é o setor de serviços que mantém um saldo positivo em relação à contratação de mão-de-obra.

Dentre os setores da economia, o primário (agricultura) é o de menos representatividade econômica, representando 2,15%; o setor secundário (indústria) representa maiores oportunidades de geração de empregos, com o percentual de 10,29%; mas é o setor terciário (serviços, comércio) que representa a principal atividade econômica do município, totalizando 87,56%. (IBGE/PNAD/96).

As atividades voltadas ao turismo também têm grande destaque. O número de turistas nacionais cresceu em 19,98% em 1996 e o de estrangeiros teve uma queda de 2,06% em relação a 1995 (PMAS, 2000, p.12).

As atividades imobiliárias também ganham bastante destaque na temporada de verão.

A atividade turística, caracterizada como massiva e sazonal, ao mesmo tempo em que gera empregos na época de verão, causa uma pressão sobre o ecossistema, além de aumentar o custo de vida. Por ser uma atividade econômica sazonal, o turismo propicia o aparecimento de muitos desocupados ao término da temporada.

Em relação aos indicativos sociais, o município revela uma situação de grande pobreza, destacando-se as “precárias condições de moradia; o grande número de pessoas na

rua; incluindo adultos, idosos, crianças e adolescentes; o aumento do índice de desemprego com o crescimento na informalização do trabalho e o aumento do número de casos de violência doméstica e de pessoas com dependência química” (PMAS, 2000, p.23).

Verifica-se, por meio dos dados do IBGE (2000), que 10% da população do município não possui instrução ou tem menos de um ano de estudo.

As comunidades carentes somam um total de 46, incluindo ilha e continente.

É neste contexto que se insere a administração municipal, elaborando formas de gerar trabalho e renda.

#### 4.2 A PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS E A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA.

Neste item, devido à criação da Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, descreve-se a situação da área responsável pela geração de trabalho e renda da Prefeitura Municipal de Florianópolis, tanto no momento de estágio quanto atualmente.

O período de estágio teve início em janeiro de 2001 e terminou em julho do mesmo ano. No início das atividades de estágio, o órgão municipal responsável pela geração de trabalho e renda era o Departamento de Desenvolvimento Social, que fazia parte da Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

As ações do Departamento eram embasadas na seguinte missão: “promover o desenvolvimento do bem-estar social da comunidade através de serviços de assistência social à população de carência social” (texto digitado – DSS, 2001).

Com o propósito de cumprir a missão citada acima, o Departamento estabeleceu os seguintes objetivos:

- Possibilitar a melhoria da qualidade de vida das famílias;
- Fortalecer as estruturas familiares que se encontram em situação de exclusão social;
- Proporcionar a garantia dos direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA Lei 8.069/90 – através das redes de serviços e de ações articuladas entre a sociedade civil e o poder público;

- Atender crianças, adolescentes e suas famílias, quando em situação de vulnerabilidade, através de atividades sócio-educativas;
- Propiciar à população carente do município benefícios, serviços básicos de assistência social, urbanização e habitação;
- Propiciar abrigo às crianças e aos adolescentes em situação de risco;
- Ampliar e melhorar a qualidade dos serviços de assistência social, através da integração das ações e do fortalecimento dos trabalhos em rede;
- Oportunizar o acesso às atividades remuneradas, formação e qualificação profissional, bem como estimular formas alternativas de trabalho e emprego;
- Implementar e ampliar os direitos sociais em comunidades carentes.

O Departamento de Desenvolvimento Social se repartia em quatro divisões, dentre elas a **DIVISÃO DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL**, que tinha como missão desenvolver cursos de capacitação/qualificação profissional para adolescentes e adultos, em comunidades carentes, orientar, encaminhar e acompanhar os egressos dos cursos ao trabalho e ainda incentivar outras formas de geração de renda.

Com base na missão citada acima, as atribuições dessa divisão se resumiam em:

- Coordenar os trabalhos de Capacitação Profissional e Geração de Renda;
- Mobilizar, organizar e acompanhar a comunidade nos trabalhos na área de geração de emprego e renda;
- Desenvolver e acompanhar cursos de qualificação profissional;
- Orientar e encaminhar ao mercado de trabalho;
- Assessorar, dar apoio metodológico e acompanhar a organização e o planejamento de empreendimentos produtivos coletivos e populares.

A Divisão de Capacitação Profissional apresentava os seguintes programas:

- **PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL**: neste programa estava inserido o **Projeto Centro de Profissionalização Popular**, que tem como objetivo levar às comunidades de baixa renda um programa de profissionalização para capacitar adultos e de forma a possibilitar a aquisição de renda a partir do seu próprio trabalho e/ou empreendimento. O projeto atinge duas regiões de baixa renda do município (Monte Cristo e Saco Grande II), como também as comunidades oriundas de reassentamentos do Projeto Bom Abrigo. As ações envolvem mobilização e organização comunitária; levantamento e processamento de pesquisa a respeito do perfil produtivo da comunidade; execução e

acompanhamento dos cursos, além da formação de empreendimentos produtivos. O projeto é realizado através de um convênio firmado entre Prefeitura Municipal de Florianópolis, CEFET/ETFSC, SENAI, SENAC e UFSC. Os recursos do Projeto CPP são, em parte, oriundos do FAT, mas a prefeitura aplica também recursos próprios.

- **PROGRAMA DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA:** envolvia o **Projeto de Incentivo e Apoio à Formação de Empreendimentos Produtivos**. O público-alvo desse projeto são desempregados e subempregados que vivem no mundo informal de trabalho, bem como os egressos de cursos desenvolvidos pela Divisão de Capacitação Profissional. O projeto tem como objetivo disseminar e incentivar a idéia da cooperativa e/ou associação ou grupo de produção (empreendimentos), como também promover maior capacitação profissional para os trabalhadores informais. As ações também passam pela disseminação da idéia de organização de empreendimentos produtivos e pela instrução dos grupos para o auto-gerenciamiento e para a inserção dos produtos no mercado. A meta do projeto é incentivar a formação de três cooperativas e/ou associações ou grupos de produção ao ano.

Com embasamento nesses dois projetos é que surgiu o grupo de produção de produtos em crochê Nós Artesãs Unidas do Abraão - NAUA que, através do Sub-projeto Geração de Emprego e Renda do Projeto Geravida, criado especialmente para a comunidade do Conjunto Habitacional Via Expressa - Abraão, tornou-se uma alternativa para qualificar e gerar ou aumentar a renda dessas pessoas.

No próximo capítulo, serão fornecidas maiores informações sobre a criação e desenvolvimento do grupo, pois aqui daremos continuidade, situando o órgão responsável pela geração de trabalho e renda no âmbito Municipal.

Atualmente, o órgão municipal responsável pelos programas de geração de trabalho e renda é a Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, onde se situa a Gerência de Trabalho e Ação Comunitária, da qual falaremos mais adiante.

Em 21 de março de 2001, o Departamento de Desenvolvimento Social deixa de existir, sendo então criada, através do Decreto Lei nº 5831, aprovado pela Câmara dos Vereadores do Município de Florianópolis, a Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, que passa a ser responsável pelas ações de Assistência Social do município, orientando seu plano de trabalho através do Plano Municipal de Governo e Plano Municipal de Assistência Social.

A partir desta data, houve um processo de estruturação da nova Secretaria e, como todo processo de mudança, esta transição causou alguns transtornos no encaminhamento de algumas ações, principalmente por causa da substituição do Secretário e da implantação das gerências que foram criadas para estruturar a Secretaria. Atualmente, a Secretaria ainda se encontra em processo de organização de suas gerências e respectivas ações; assim, algumas transformações podem ocorrer na estrutura organizacional da Secretaria, após a elaboração deste trabalho.

A atual secretária em exercício é Maria Eduvirgem Cardoso, nomeada por meio do decreto de nomeação nº1189, no dia 7 de novembro de 2001.

A nova Secretaria tem como visão ser a Secretaria Municipal de referência nacional e obter reconhecimento mundial pelas ações de desenvolvimento social sustentável junto às famílias do município de Florianópolis, concretizadas pelo trabalho integrado e pela valorização de todos os agentes envolvidos, alicerçadas por uma equipe altamente qualificada e comprometida. Dentro dessa visão, propõe-se como missão “promover o desenvolvimento social sustentável das famílias florianopolitanas, otimizando e articulando os recursos institucionais e ampliando parcerias, visando a melhoria da qualidade de vida” (SHTDS, texto digitado).

As ações da secretaria são, em geral, voltadas para as famílias das comunidades de baixa renda do município, principalmente crianças, adolescentes, mulheres e idosos, prestando assim serviços de assistência social integral à família.

Com o propósito de cumprir a missão citada acima, a Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social possui os seguintes macro-objetivos:

- ❖ prover condições habitacionais;
- ❖ prestar serviços de assistência social;
- ❖ capacitar para o trabalho e promover a geração de renda e trabalho.

Atualmente, a Secretaria apresenta a seguinte estrutura:

- **Gerência da Assistência Social** – tem como missão prestar serviços de assistência social à população, através de ações continuadas e integradas que promovam processos de inclusão social, visando a melhoria das condições de vida;
- **Gerência de Habitação** – sua missão é qualificar e integrar os espaços urbanos, priorizando as intervenções em assentamentos subnormais de interesse social, buscando a sustentabilidade econômica, ambiental e social;
- **Gerência Administrativo-Financeira** – possui como missão: Participar integralmente das ações da Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento

Social, viabilizando as condições administrativas, financeiras e humanas, respeitando as normas legais estabelecidas, para atingir os fins propostos pela Secretaria.

- **Gerência do Trabalho e Ação Comunitária** – será descrita no próximo item por ser da maior importância para o desenvolvimento deste trabalho.

#### 4.2.1 A Atual Gerência de Trabalho e Ação Comunitária

A Gerência de Trabalho e Ação Comunitária é órgão público municipal que visa a Geração de Trabalho e Renda. Esta Gerência tem como missão “contribuir para o desenvolvimento sustentável da população em exclusão social, articulando Redes de Serviços para a organização comunitária, geração de trabalho e renda, e melhoria da qualidade da vida”(texto digitado - GTAC, 2002), acreditando que o trabalho assistencial deve ser emergencial, e que um trabalho de desenvolvimento sustentável é que trará a solução dos problemas. Em relação a isso, Demo (1996, p.8) coloca que:

*o assistencialismo, a reprodução sistêmica, a tendência compensatória são mais decisivamente superados através da inserção satisfatória no mercado de trabalho. Assim pode-se dizer que a maneira de o pobre se auto-sustentar é prioritariamente condicionada pela situação de emprego e renda.*

Atualmente, as comunidades em que esta gerência atua são Chico Mendes, Monte Cristo e Saco Grande II, além das comunidades oriundas de reassentamentos do Projeto Bom Abrigo da Prefeitura Municipal de Florianópolis, com planejamento para iniciar ações no maciço Central do Morro da Cruz.

Dentro da missão citada acima, tem-se como proposta um macro-processo que envolve:

- A promoção para a criação de novas oportunidades de trabalho;
- O desenvolvimento do potencial trabalho;
- A coordenação de ações de desenvolvimento comunitário integral em áreas de interesse social.

Dentro da estrutura da nova Secretaria, a proposta é dividir as gerências em Divisões, sendo que no momento nada é oficial. A Gerência do Trabalho e Ação Comunitária, contemplaria as seguintes divisões.

**1. DIVISÃO DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL** – tem como proposta o desenvolvimento do potencial trabalho, possuindo as seguintes atribuições:

- Verificar junto à comunidade o interesse pelos cursos oferecidos;
- Realizar pesquisas para verificar as ofertas de trabalho existentes na região;
- Mobilizar e organizar os cursos propostos junto às comunidades e entidades conveniadas;
- Oferecer cursos em conformidade com o resultado das pesquisas e com os interesses manifestados pelas comunidades;
- Executar e acompanhar a realização dos cursos;
- Avaliar o grau de profissionalização do capacitado para oferecer requalificação;
- Articular com as conveniadas os meios para o fornecimento do instrumental de trabalho para as pessoas/grupos capacitados;
- Acompanhar e avaliar os resultados do processo, através das entidades conveniadas;
- Promover encaminhamentos para o trabalho.

Dentro das suas atribuições, propõe as seguintes ações:

- ❖ levar às comunidades de baixa renda cursos de profissionalização e/ou capacitação com o intuito de preparar adultos e adolescentes para que possam, a partir do seu próprio trabalho ou empreendimento, obter renda;
- ❖ capacitar para a organização de empreendimentos produtivos;
- ❖ assessorar legalmente as entidades, além de conceder equipamentos e insumos para iniciarem o empreendimento.

**2. DIVISÃO DE GERAÇÃO DE RENDA:** tem como propostas promover a criação de novas oportunidades de trabalho. Envolvendo, de uma maneira geral, as atribuições abaixo:

- Realizar estudos para identificar novas alternativas e oportunidades de trabalho;
- Realizar levantamentos sobre a disponibilidade de mão-de-obra qualificada no município;



- Realizar pesquisas para analisar as tendências da demanda de produtos e serviços no município;
- Articular com empresas/instituições meios para facilitar o ingresso do pessoal qualificado no mercado de trabalho;
- Facilitar o acesso da população desempregada aos empreendimentos alternativos e trabalhos emergenciais;
- Incentivar e apoiar a criação de empreendimentos produtivos;
- Conceder auxílio financeiro às famílias envolvidas nos empreendimentos alternativos vinculados à Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social;
- Apoiar iniciativas institucionais e comunitárias que possam colaborar com a capacitação profissional e o desenvolvimento de produtos/serviços em empreendimentos produtivos;
- Apoiar na divulgação dos produtos/serviços desenvolvidos e/ou realizados junto aos empreendimentos produtivos;
- Auxiliar na criação de espaços para a comercialização dos produtos desenvolvidos/fabricados pelos empreendimentos produtivos;
- Oferecer incentivos fiscais às empresas que absorverem mão-de-obra ou produtos/serviços oriundos dos empreendimentos produtivos;
- Propor legislação que facilite a comercialização de produtos/serviços oferecidos pelos empreendimentos produtivos.

Dadas essas atribuições, as ações executadas serão:

- ❖ Apoiar o associativismo e o cooperativismo por meio do incentivo aos grupos de produção;
- ❖ Encaminhar os egressos dos cursos de capacitação para o mercado trabalho;
- ❖ Criar uma Central de Atendimento.

### **3. DIVISÃO DE AÇÃO COMUNITÁRIA:**

Esta divisão tem como propostas de ação:

- ❖ Assessorar lideranças das comunidades carentes;
- ❖ Executar projetos;
- ❖ Inserir as comunidades nos projetos de desenvolvimento social.

Depois da descrição do processo de mudança e o atual funcionamento da Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, será feito um relato a respeito do sub-projeto denominado Geração de Emprego e Renda, realizado no Conjunto Habitacional Via Expressa. Parte desse projeto foi desenvolvido no período de estágio – janeiro a julho/2001 — e executado pela antiga Divisão de Capacitação Profissional, através do Projeto Geração de Renda e Valorização da Vida (Geravida).

## 5 A EXPERIÊNCIA VIVENCIADA

### 5.1 DA CAPACITAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO – o processo de formação do Grupo de Produção do Conjunto Habitacional Via Expressa.

As atividades desenvolvidas durante o estágio se referem a dois Grupos de Produção de Crochê, frutos do Projeto Centro de Profissionalização Popular (Prefeitura Municipal de Florianópolis), do Projeto Incentivo e Apoio à Formação de Empreendimentos Produtivos (Prefeitura Municipal de Florianópolis) e do Projeto Geração de Renda e Valorização da Vida (Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina – COHAB/SC).

O relato do processo de formação do grupo focalizará somente o grupo do Conjunto Habitacional Via Expressa-Abraão, pois o contato com este foi mais próximo e permanente.

O grupo de produção a que iremos nos referir foi formado no Conjunto Habitacional Via Expressa, situado no bairro Abraão – Florianópolis. Este Conjunto Habitacional é fruto de um projeto que surgiu em 1992, no âmbito da Prefeitura Municipal de Florianópolis e que, na época, propôs sem muito sucesso a desfavelização das margens da Via Expressa (BR 282), principal via de acesso aos municípios de Florianópolis e São José para quem sai da BR 101, rodovia federal que corta o litoral catarinense de norte a sul. O Projeto contou com recursos do Fundo Estadual de Habitação e do Programa Habitar-Brasil.

As pessoas que habitavam as margens da via expressa eram provenientes do interior do estado, geralmente das áreas rurais. Como já foi citado anteriormente, essas pessoas não tinham condições econômicas de adquirir uma residência, e por isso se instalaram em condições subumanas, sob os fios de alta tensão e à beira de um sistema viário de tráfego intenso, sem saneamento básico ou qualquer outro tipo de infra-estrutura.

Segundo o cadastro da Prefeitura Municipal de Florianópolis, existiam, em 1996, 468 famílias na via. Em 1999, 90 famílias foram removidas para o Conjunto Habitacional Via Expressa e, em agosto de 2000, mais 87 famílias passaram a residir no conjunto.

As famílias obtiveram financiamento para os apartamentos através da COHAB/SC, e foram ressarcidas pelo abandono e destruição de suas moradias anteriores.

Pouco tempo após a remoção das famílias para o local previsto, percebeu-se que o problema ia muito além da questão habitacional. Tratava-se sim, de um grande problema social, com reflexos no bairro em que estava inserido o Conjunto Habitacional e na própria comunidade que formava o Conjunto.

Muitos problemas começaram a acontecer: a maioria dos moradores não possuía qualificação profissional e muitos eram analfabetos, o que causava uma onda de desemprego geral, favorecendo a prática do tráfico de drogas, a violência, a prostituição, famílias dependentes de doações e um grande número de famílias inadimplentes, não só em relação à prestação do apartamento, mas com relação ao pagamento das contas de água, luz etc., o que provocava repetidos cortes de água e luz de todo o prédio; a venda irregular dos imóveis também começou a ocorrer, sendo que nenhuma documentação estava no nome do residente. Foi também detectado um grande despreparo das famílias para morar em apartamentos, surgindo manifestações como depredação e roubos constantes dentro do condomínio.

O número de vagas em creches e escolas também se tornou insuficiente, o que facilitava a mendicância pelo bairro.

Dada essa situação, tornou-se necessária a presença de vários profissionais da área social para intervir na comunidade. Por isso, a COHAB, em setembro de 2000, propôs o Projeto Geravida (Geração de Renda e Valorização da Vida), que teve como parceiros as seguintes instituições:

- ❖ Caixa Econômica Federal – Gerência de Apoio ao Desenvolvimento Urbano;
- ❖ Prefeitura Municipal de Florianópolis – Departamento de Desenvolvimento Social, com a Divisão de Capacitação Profissional, Divisão da Criança e do Adolescente E Divisão de Ação Comunitária;
- ❖ UFSC/Intecoli, LBV, FLORAM, COMCAP, IPUF;
- ❖ UDESC – Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários;
- ❖ Comunidade do Conjunto Habitacional Via Expressa – que contribuiu através do processo participativo.

A população-alvo do projeto consistia em 177 famílias.

O objetivo geral do projeto visava:

resgatar a auto-estima da população moradora do Conjunto Habitacional Via Expressa e o exercício da cidadania, através da atuação integrada de profissionais e organizações nas áreas de educação, saúde, esporte e especialmente trabalho e renda,

organização e o desenvolvimento comunitário (PROJETO GERAVIDA, 2000, p.10).

O projeto foi dividido em:

- ❖ Coordenação Geral – COHAB/SC, IPUF, CEF, PMF e AMBA, envolvendo as seguintes áreas: Serviço Social, Psicologia, Pedagogia e Economia;
- ❖ Sub-Projeto Gestão Condominial – COHAB/SC e PMF, envolvendo um profissional e um estagiário de Serviço Social;
- ❖ Sub-Projeto Geração de Emprego e Renda – PMF (Divisão de Capacitação Profissional), UFSC/Intecsoli, Fundação Franklin Cascaes. Neste sub-projeto, atuaram profissionais das áreas de Serviço Social e Pedagogia, além de um estagiário de Serviço Social;
- ❖ Sub-Projeto Meio Ambiente – FLORAM e COMCAP, com a participação de profissionais da área de Arquitetura;
- ❖ Sub-Projeto Relações Interpessoais – LBV, envolvendo um profissional de Serviço Social;
- ❖ Sub-Projeto Educacional – UDESC e PMF (Divisão da Criança e do Adolescente), com um profissional da área de Pedagogia.

Como o objetivo do presente trabalho é relatar a evolução do Grupo de Produção desde o processo de capacitação, iremos nos deter no Sub-Projeto Geração de Emprego e Renda.

O Sub-Projeto Geração de Emprego e Renda, elaborado pela então chamada Divisão de Capacitação Profissional (DSS/PMF), data de outubro de 2000 e propunha como objetivo geral:

desenvolver ações na área de geração de renda, através da qualificação profissional, estímulo à criação de empreendimentos produtivos e encaminhamento ao mercado de trabalho, visando o aumento da renda familiar e melhoria da qualidade de vida (SUB-PROJETO DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, 2000, p.2).

Dentre as ações programadas para serem desenvolvidas estavam:

- ❖ Desenvolver um curso de capacitação de lideranças comunitárias;
- ❖ Aplicar pesquisa do perfil produtivo com todos os moradores com idade acima de 16 anos;
- ❖ Desenvolver e acompanhar cursos de qualificação profissional;

- ❖ Implantar e implementar núcleos de geração de renda;
- ❖ Orientar para o mercado de trabalho.

Para um trabalho mais objetivo, iremos nos ater às ações que dizem respeito ao desenvolvimento de cursos de qualificação profissional, mais especificamente ao curso de crochê e tricô e de implementação de núcleos de geração de renda.

O curso de capacitação profissional (crochê e tricô) no Conjunto Habitacional Via Expressa foi realizado através do Projeto Centro de Profissionalização Popular (CPP/PMF) da Divisão de Capacitação Profissional, tendo como parceiros o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e a Associação Florianopolitana de Voluntários (AFLOV), com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O curso surgiu através do projeto enviado ao SINE/SC pela Associação Florianopolitana de Voluntários, projeto este que foi aprovado. O SINE/SC, utilizando recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), contratou a entidade executora, no caso o SENAC, que foi responsável pela execução do processo de qualificação.

A remuneração da instrutora do curso se deu, durante todo o processo de qualificação, através do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O processo de mobilização das participantes aconteceu com a entrega de "mosquitinhos" (pequenos bilhetes) em todos os apartamentos do conjunto, como também através de cartazes espalhados em pontos-chave do condomínio. No total, 22 alunas participaram do curso, que aconteceu no centro comunitário da própria comunidade.

O curso teve início no dia 06 de novembro de 2001, sendo que o término ocorreu no dia 19 de dezembro do mesmo ano.

Durante o desenvolvimento do curso, além do acompanhamento de uma instrutora de artesanato, as alunas recebiam a visita regular dos profissionais e técnicos da Divisão de Capacitação Profissional, que acompanhavam o curso com o objetivo de se integrar ao grupo.

Após o término do curso, a equipe da Divisão de Capacitação Profissional, formada por duas Assistentes Sociais, um técnico em Assessoramento a Empreendimentos Produtivos e uma estagiária de Serviço Social, iniciou um trabalho de incentivo à formação de um Grupo de Produção embasado no Projeto Incentivo e Apoio à Formação de Empreendimentos Produtivos (PMF/DCP).

A motivação construída através da intervenção profissional da equipe técnica da Divisão de Capacitação Profissional e do apoio por parte da instrutora de artesanato foi a base necessária para implantar o processo de organização do grupo, que contou com plena aceitação por parte das cursistas.

Essa iniciativa significou uma real oportunidade para o desenvolvimento de trabalho e geração de renda, ampliando o horizonte das famílias empobrecidas e excluídas do mercado de trabalho formal.

Pautada nos princípios da economia social, a iniciativa é uma proposta de inclusão e de reintegração dos excluídos, onde todos participam e interagem uns com os outros buscando superar as dificuldades e resolver os problemas que possam surgir. As organizações da economia social têm como característica o fato de:

serem sempre cooperativas, sociedades de mutuários ou outras formas de associação profissional; têm como princípios: uma gestão baseada em processos democráticos de organização e colocação do serviço à coletividade acima da busca do lucro (MENEGASSO, 2000, p.10).

Das 22 (vinte e duas) participantes do curso, somente 18 (dezoito) ficaram como integrantes do grupo. Por motivos particulares, algumas das cursistas resolveram comercializar sua produção em casa; algumas fizeram o curso mas não se identificaram; outras não puderam participar do grupo devido problemas familiares ou pessoais.

O grupo era formado por mulheres com idades variadas, sendo que grande parte delas dizia não saber ler nem escrever.

De modo provisório, e por tempo indeterminado, o grupo conseguiu permissão para permanecer no centro comunitário em alguns horários pré determinados, o que facilitou o trabalho e a união do grupo, devido à proximidade de suas residências, pois muitas levavam consigo seus filhos ainda bebês.

O grupo iniciou suas atividades produtivas no início de janeiro de 2001 e a primeira produção foi confeccionada com a matéria-prima restante do curso e algumas doações conseguidas pela equipe. O grupo se reunia duas vezes na semana, em dias alternados, na parte da tarde.

Como estavam formando um empreendimento produtivo, um nome deveria ser dado ao grupo. Após muitas idéias, surge o NAUA – Nós Artesãs Unidas do Abraão.

A partir desse momento, percorrem simultaneamente uma nova fase de organização e produção. Durante esse processo, sentiu-se a necessidade da permanência da instrutora por um período maior, a fim de qualificar e monitorar a produção.

O grupo direcionou sua produção para o segmento de peças e artigos de vestuário produzidos em crochê.

A primeira leva de produção foi confeccionada com material mais simples, pois a qualidade da mão-de-obra ainda não permitia a comercialização da produção.

Nesse momento, os profissionais da área social da Prefeitura deram princípio a um trabalho de capacitação para a gestão, objetivando a gestão autônoma do grupo.

Dentre as funções da equipe de apoio para a gestão, formação e desenvolvimento do grupo, estavam:

- Divulgação do grupo – acontecia com a confecção de cartões de visita em nome do grupo, que eram distribuídos nos pontos de venda e diversos outros lugares, com algumas exposições em eventos e com a solicitação da visita de um jornalista com o objetivo de divulgar uma matéria sobre o grupo no jornal Folha de Coqueiros, da localidade (vide Anexos);
- Controle de evasão – mediante acompanhamento do grupo e visitas domiciliares que detalharemos no item seguinte;
- Apoio administrativo;
- Coordenação de eventos relativos ao grupo – manter contato com os coordenadores de eventos, representando o grupo;
- Mobilização de recursos materiais e financeiros para as atividades de produção, como máquinas;
- Levantamento de formas de escoar a produção;
- Atendimento às necessidades individuais ou grupais (vale-transporte, remédio) – realizado através do diálogo individual, com o encaminhamento aos órgãos responsáveis;
- Articulação e mobilização de recursos materiais para o trabalho com grupos, como: cartolina, caneta, papel, etc.;
- Gestão do grupo em geral, visando a democracia entre os membros.

Um fator que complicava nosso trabalho era o grande índice de analfabetismo. Muitas das participantes não queriam se comprometer com atividades relacionadas ao grupo pelo fato de não saberem ler, o que dificultava principalmente o manejo das regras administrativas.

Como o objetivo do projeto era a formação de um grupo autônomo, buscava-se repassar todas as atividades do grupo a todas as integrantes, mas essa atitude encontrava pouca ressonância: somente a minoria participava. As artesãs pareciam pensar que lhes cabia



somente produzir (relação patrão-empregado), e que sua participação em assuntos relacionados ao grupo não seria importante (baixa auto-estima).

O fato de somente a minoria participar das atividades causava conflitos entre as que participavam e as que não participavam. No início era possível notar a inexperiência do agir coletivo do grupo, sendo que o individualismo (e conseqüentemente o egoísmo) era um fator muito presente.

O modo de vida dessas pessoas — que diariamente lutam pela sobrevivência numa sociedade onde o lema parece ser “cada um para si, e Deus por todos” — contribui para o individualismo; muitas já nasceram nesta situação e agem assim durante a vida. Certo dia, discutindo essas questões com o grupo, uma integrante colocou um exemplo que pode retratar muito bem essa situação: contou que uma moradora de seu bloco não pagou a água devido a dificuldades financeiras; como conseqüência, todo bloco ficou sem água. Diante da situação, as pessoas só souberam criticar e não pensaram em se unir e tentar resolver o problema. Nestes momentos, era possível visualizar que algumas já tinham a consciência de que a “união faz a força”, da importância da solidariedade no lugar do individualismo.

Com o ritmo da produção das peças acelerado, com o objetivo de qualificarem sua mão-de-obra, o material foi chegando ao fim. A primeira produção não foi comercializada, devido à baixa qualidade tanto do material quanto da mão-de-obra, sendo que cada artesã pôde ficar com as peças que produziu.

A segunda produção do grupo foi direcionada a um desfile e exposição no shopping da cidade. Os recursos para a compra de material de melhor qualidade surgem, após muita batalha, através do Fundo Municipal de Assistência Social. As peças são produzidas, mas o desfile não acontece, devido principalmente a falta de qualidade da produção do grupo.

A equipe da Prefeitura, juntamente com o grupo, entra num processo de captura de pontos de venda para o escoamento da produção, encontrando algumas dificuldades.

Nesta etapa, as integrantes enfrentam várias dificuldades pessoais, entre elas a financeira, e esperam resultados a curto prazo. Em vários momentos, algumas integrantes nos procuravam a fim de solicitar benefícios para o sustento de sua família. Nesta hora, procurávamos encaminhá-las aos órgãos competentes pela assistência de que necessitavam. Neste momento, era difícil fazê-las entender que esse tipo de negócio muitas vezes traz resultados somente a longo prazo, apesar do esforço e dedicação dos investidores. Em relação a isso, Kafruni (2001, p.4) diz que “negócios próprios oferecem grandes oportunidades de ganhos, mas implicam riscos porque o empreendedor concentra todas as suas energias e recursos financeiros em um único investimento”.

Após longas caminhadas em busca de um espaço para a venda da produção, e mediante o intermédio da equipe da Prefeitura Municipal de Florianópolis, no mês de março de 2001 o grupo consegue um ponto situado na Casa do Artesão, localizada no Largo da Alfândega, centro da capital.

Neste ponto, poderiam estar expondo para venda somente 15 peças, sendo que para um terço das peças vendidas (ou seja, cinco) haveria um desconto de 15% do valor da venda; esse valor seria repassado para a Casa do Artesão.

Mesmo após a obtenção do ponto de venda, diversas dificuldades aparecem. O grupo necessitava de um vendedor, pois a falta de vagas na creche e a prevalência do analfabetismo dificultava que elas próprias fossem ao ponto de venda. De início, foi contratado um vendedor que recebia passe e comissão pelas vendas, mas o arranjo não deu certo por muito tempo. As vendas eram insatisfatórias e o grupo não tinha condições de arcar com as despesas de um vendedor. Muitas vezes, acertamos com o grupo para que cada uma contribuísse com um percentual para o pagamento do vendedor, mas na data marcada para o pagamento a maioria não tinha o dinheiro. Uma das integrantes chegou certa vez a declarar que seus filhos não haviam almoçado naquele dia. Diante dessas dificuldades, tudo voltava ao início e tínhamos que recomeçar, encontrando outra solução para o problema.

Iniciou-se então um rodízio entre as artesãs que não tinham filhos e as que poderiam deixar seus filhos com alguém. Neste momento, foi possível perceber a presença e a importância da solidariedade e da união dentro de um grupo, pois algumas cuidavam dos filhos das que estariam no ponto de venda. E assim foram produzindo e vendendo. As vendas ainda não eram satisfatórias mas, segundo o depoimento de algumas das artesãs, era um dinheiro a mais que entrava, além de ser dignificante vender algo produzido por elas, era uma forma de reconhecimento do seu trabalho. Mesmo assim, muitas desistem para buscar outras alternativas de subsistência fora do grupo.

Uma grande dificuldade que enfrentamos foi a alta rotatividade pois, era preciso retomar o trabalho com cada uma das novas integrantes, desde a parte técnica, artesanal, até o trabalho pedagógico de construção de uma associação autônoma.

Logo após a Casa do Artesão, outro ponto de venda foi conseguido. Trata-se de um box do Camelódromo Cidade de Florianópolis. Este ponto de venda já estava cedido pela SUSP (PMF) à COOPEVEST (Cooperativa do Vestuário), resultado também de um projeto da Divisão de Capacitação Profissional. A cooperativa e o grupo de produção passaram a dividir o espaço, sendo que o grupo de produção deixa as peças para que membros da cooperativa efetuem as vendas, recebendo por isso 15% do total vendido.

A partir desse momento, o grupo começou a ter um rendimento maior nas suas vendas.

Acompanhando o desenvolvimento do grupo foi possível notar que muitas artesãs não tinham como objetivo somente a geração de renda, mas procuravam também distrair-se, conversar, sair da rotina do dia-a-dia. É o que podemos constatar na fala de D<sup>a</sup> Alvani, quando diz que o crochê foi muito importante em sua vida, pois vivia em depressão e só queria dormir. Também na fala de Nani (por exemplo, quando diante das dificuldades dizia que, se dependesse dela, o grupo continuaria sempre firme) percebíamos que algumas tinham forte esperança no futuro daquele trabalho.

Uma outra dificuldade que enfrentaram foi fazer a distinção entre ter um emprego e participar de um grupo de produção. Muitas delas agiam como se estivessem trabalhando em uma empresa, com um chefe na administração, e não se percebiam como donas do empreendimento, como empreendedoras. Tanto que os problemas surgiam e elas ficavam esperando as soluções virem de outro lugar, de fora do grupo. Segundo o SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina, 2001),

empreendedor é aquele que é capaz de assumir riscos, de enfrentar desafios, de abandonar a vida relativamente segura do assalariado para experimentar os limites de sua capacidade, em um negócio próprio, ou seja, ser empreendedor é acreditar em sua capacidade individual e investir nela.

Essa atitude é muito difícil de ser visualizada em pessoas que estão com a auto-estima muito baixa, que muitas vezes não possuem nem o ensino fundamental e que estão passando por grandes dificuldades financeiras.

O desrespeito aos horários e as faltas constantes eram fatores que contradiziam a confusão estabelecida entre emprego e grupo de produção.

Segundo Pedro Demo (1996, p.151), no início da formação de um grupo os "obstáculos a processos participativos são inúmeros, desde os de ordem mais política, até os de ordem mais material".

O grupo levou algum tempo para encontrar seu caminho. Um fator que contribuiu para esse processo foi a tardia eleição da coordenadora do grupo, pois de início notava-se a presença de lideranças opostas, além da pouca integração do grupo que, devido ao grande número de integrantes, se fragmentava em pequenos grupos. Segundo BEAL; BOHLEN e RAUDABAUGH (1972, p.45), "dentro de um grupo há muitas diferenças entre as pessoas, devido à formação cultural de cada um, ao carácter e pelas diferentes experiências vividas ou no grupo ou na vida".

Com o passar do tempo, devido à existência de um retorno pecuniário pequeno, algumas integrantes foram desistindo e, juntamente com essas, algumas lideranças, o que fez com que, depois de muitas discussões, a coordenação assumisse o seu papel em 20 de junho de 2001. Em relação a isso, Demo (1996, p.73) coloca que,

é natural que assim se comece, onde nunca se discutiram os problemas em comum, o primeiro impacto será desordenado e o processo de eleição também será complexo e frágil, demorando muito até se obterem fórmulas aceitas em comum e respeitadas.

A partir da eleição da coordenadora, o grupo se tornou mais forte, com seus objetivos mais claros e com mais vontade para lutar. Neste momento, foi possível perceber a importância de uma coordenadora no grupo, pois o repasse das informações se tornava bem mais fácil: uma vez que a cultura e a linguagem eram as mesmas, a informação parecia ser melhor recebida.

A força da coordenadora se tornou maior com a participação no 1º Colóquio da UFSC sobre Gestão de Empreendimentos de Base Comunitária, promovido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Organização de Políticas Sociais, do DSS/UFSC, evento que teve como objetivo a troca de experiências vivenciadas por vários empreendimentos. A partir desse momento, a mesma repassava ao grupo o que ouvira, o que fazia com que entendessem um pouco mais sobre o processo de construção de um grupo.

Esses projetos, que têm o objetivo de incentivar a geração de renda em comunidades carentes, tornam-se muito importantes para que essas pessoas sem grau de instrução e excluídas do mercado de trabalho tenham chance de participar, de trabalhar para si e gerar renda, mas a consciência e a força de vontade tem que ser muito grandes por parte da comunidade, e o trabalho da equipe de apoio deve ser constante, principalmente no início, sendo que as maiores dificuldades enfrentadas são a questão da participação e a financeira.

Atualmente, o grupo, através da atual Gerência do Trabalho e Ação Comunitária (STHDS/PMF) e da parceria com a escola de artesanato THEMPOS, iniciou um novo processo de capacitação. Trata-se de um curso de produção de artefatos de cama, mesa e banho. Um total de oito integrantes do grupo participaram dessa capacitação.

A experiência vivida pelo grupo, ainda que com avanços e recuos, tem aos poucos se constituído numa alternativa capaz de gerar renda para seus integrantes dentro de uma proposta de economia social, o que possibilita a construção de uma sociedade mais digna, humana e democrática, com possibilidades para todos.

A forma de trabalho em grupo também propiciou condições de melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas, ao substituir o individualismo que se apresenta face à competitividade brutal do sistema capitalista por uma solidariedade produtiva.

Entretanto, o grupo, apesar de encontrar dificuldades para sobreviver e de sofrer com algumas debilidades, como por exemplo em relação ao crédito para compra de matéria-prima e a necessidade de expansão das vendas, entre outras, busca superá-las e luta pela sua continuidade.

## 5.2. A AÇÃO DO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AO GRUPO DE PRODUÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL VIA EXPRESSA - ABRAÃO.

Como consequência das mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho nesses últimos anos, é possível verificar a grande perda econômica sofrida por milhares de famílias brasileiras, atingindo principalmente as mais empobrecidas.

Com as empresas globalizadas, reestruturando seus modos de produção, o mercado de trabalho fica reservado àqueles que possuem melhor qualificação profissional. Surgem milhares de excluídos, frutos de uma nova face da questão social que, segundo Arcoverde (1999, pp.75-80), são novas expressões do processo de reestruturação da relação capital x trabalho. Em relação a isso, Wanderley (1997 apud ARCOVERDE, 1999, p.78) diz que "as mudanças nas relações capital-trabalho, nos processos produtivos, nas formas de gestão estatal, nas políticas e nas formas de exclusão do trabalho e da sociabilidade, na verdade imprimem contornos novos à questão social", o que necessariamente imprime novas demandas de trabalho.

Como o objeto de trabalho do assistente social são as expressões da questão social, é dever desse profissional participar dessas mudanças e estar atento às novas demandas e necessidades sociais que se apresentam, para que possa descobrir novas mediações e desta maneira requalificar o seu fazer profissional, captando alternativas de ação. É como afirma Iamamoto (1998 apud ARCOVERDE, 1999, p.79): "a tarefa do assistente social é não só decifrar as formas e expressões da questão social na contemporaneidade, mas atribuir transparência às iniciativas voltadas à sua reversão e/ou enfrentamento imediato".

Neste sentido, o atual cenário brasileiro passa a exigir uma redobrada atenção à questão das Políticas Sociais no Brasil, reafirmando a necessidade de uma categoria profissional envolvida com os interesses dos usuários:

trata-se de um momento de mudanças significativas, que requer não mais um profissional executor terminal de políticas sociais. É necessário um profissional qualificado na execução, gestão e formulação de políticas sociais públicas, com uma postura crítica e, ao mesmo tempo, criativa e propositiva, ou seja, um profissional que possa responder com ações qualificadas que detectem tendências e possibilidades impulsionadoras de novas ações, projetos e funções, rompendo com as atividades rotineiras e burocráticas (SARMENTO, 2000, p.100).

Esse contexto representa para os profissionais de Serviço Social um desafio que envolve a mobilização de políticas sociais, a elaboração de programas e projetos, a qualificação constante e o compromisso ético-profissional.

O assistente social é o principal ator mobilizador dessas políticas sociais, sejam elas públicas ou privadas, discutindo-as e movimentando-as. Cabe a esse profissional buscar estratégias e meios para a democratização, universalização e descentralização das políticas sociais, pois tais estratégias constituem um dos principais recursos necessários para reverter o quadro de extremas desigualdades e constróem alternativas para o surgimento de novas formas de conquista de direitos.

Além de garantir é preciso fiscalizar o cumprimento dessas políticas:

A importância dessa militância e engajamento não se limita à mera postura de denúncia, mas se prende à compreensão da necessidade de consolidação de uma ação fiscalizadora e propositiva em fortalecimento da ética do compromisso da profissão com os usuários das políticas sociais (CRESS, 1997).

É dever do profissional de Serviço Social, no contexto das políticas sociais públicas, ver essas políticas não só como um processo de conquista e não como mera concessão de benefícios por parte do poder público, mas sim como um processo que envolve, segundo Pastorini (1997, p.98), demanda - luta - negociação entre classe e Estado e outorgamento entre as partes. É por isso que estes profissionais estão inseridos em conselhos de direitos tripartites e paritários, lutando pela ampliação e efetivação material do direitos, num processo de negociação.

Sendo assim, o assistente social é um mediador posicionado, neste caso, entre o setor público e os usuários de suas políticas. A ele cabe certas demandas, ou seja, "requisições técnico-operativas demandadas à profissão por meio de seus empregadores" (SERRA, 2000, p.161), que devem ser enfocadas "procurando-se arrancar de sua aparência as reais determinações econômico-políticas das mesmas (...), pois em nossa profissão há uma disjunção, uma separação entre quem demanda e quem recebe diretamente os serviços"

(SERRA, 2000, p.161). Assim, no contexto de reestruturação dos modos de produção, cabe a este profissional “apreender as mediações entre as reais necessidades sociais e as requisições demandadas pelo mercado de trabalho, ou seja, pelas instituições, campos da prática profissional” (SERRA, 2000, p.162).

A atuação direta do profissional de Serviço Social sobre grupo de produção foi de suma importância para o desenvolvimento do mesmo, sendo marcado por um processo de educação popular, ou seja, um trabalho pedagógico ou educativo que tem como propósito motivar para uma participação ativa, “não domesticando, mas incentivando o desenvolvimento das potencialidades do educando, ou, mais propriamente, não visando formar discípulos, mas sim mestres” (DEMO, 1996, p.144). Em relação a essa questão, Yamamoto (1992, apud Sarmiento, 2000, p.99) coloca que essa ação tem como objetivo:

transformar a maneira de ver, agir, comportar-se e sentir dos indivíduos e sua inserção na sociedade. Essa ação incide, portanto, sobre o modo de viver e pensar dos trabalhadores, a partir de situações vivenciadas no seu cotidiano, embora se realize através da prestação dos serviços, previstos e efetivados pelas entidades a que o profissional se vincula contratualmente.

Na comunidade do Conjunto Habitacional Via Expressa, local em que se formou o grupo, como já citado anteriormente, verificam-se inúmeros tipos de questões sociais como a exclusão social, o desemprego, o analfabetismo, a baixa qualificação profissional etc. Desta situação resulta a falta de renda para atender os mínimos sociais previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, regulamentadora dos artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988. Desta forma, a renda está muito abaixo daquilo que se considera o básico e que, segundo Potyara (2000), é necessário para atender às necessidades ditas humanas; resultam também dessa situação as precárias condições de vida e a falta de motivação para a mudança, devido a tanta desilusão e sofrimento. É assim que vejo o objeto de trabalho do Serviço Social e é nesta ótica que ele procura fazer com que os indivíduos tenham consciência crítica de sua realidade e tornem-se sujeitos de sua ação, de sua transformação.

Em relação a isso, Freire diz que, “quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu eu e suas circunstâncias” (FREIRE apud MAIA, 1985, p.28).

O trabalho desenvolvido no grupo de produção tinha como pressuposto básico a geração de renda, para que as artesãs pudessem se auto-sustentar, mas esse objetivo era compartilhado por todos envolvidos no projeto.

O objetivo principal do profissional de Serviço Social estava vinculado à melhora da qualidade de vida dessas pessoas, dando enfoque ao exercício da cidadania. Através de ações sócio-educativas, era preciso fazê-los perceberem-se como sujeitos de suas histórias, compreendendo que só através da participação, da ação, é que ocorreria a conquista, como resultado de um processo. Segundo Demo (1996, p.12), é através da participação processual que a “promoção se torna autopromoção, projeto próprio, forma de co-gestão e autogestão, e possibilidade de autosustentação”.

A questão da participação é muito importante, devendo ser ressaltada no grupo. Através da observação, percebeu-se que a alienação política é uma característica marcante da cultura dessas pessoas e que, ao lado das carências materiais, constata-se uma grande pobreza política e uma cidadania precária. Era preciso mostrar-lhes que “tão importante como ter um emprego suficiente é poder conquistá-lo como direito fundamental do cidadão” (DEMO, 1996, p.12), e que através da participação conquistariam o direito de não precisar ficar esperando uma assistência momentânea, vinda de sobras orçamentárias e benefícios de segunda classe. Se a participação não acontecer, conquista não haverá e tudo não passará de um mero assistencialismo.

Em relação a essa questão, Demo (1996) coloca que o núcleo da pobreza política não está em não querer participar simplesmente, mas sim no fato de ser coibido de tal ação, através da exclusão, do preconceito, de ouvir falar que pobre nasceu para ser pobre, etc.

Propondo alternativas capazes de iniciar um processo de mudança dessa situação, o assistente social viabiliza a política social que, após viabilizada, é inserida na comunidade. O profissional de Serviço Social procura trabalhar as três esferas que a englobam: a sócio-econômica, a política e a assistencial. O assistente social trabalha, na esfera sócio-econômica, a autopromoção, ou seja, procura garantir que os interessados possam “se autogerir, ou pelo menos co-gerir a satisfação de suas necessidades, com vistas a superar a situação assistencialista de carência de ajuda” (DEMO, 1996, p.67); essa ótica passa pela inserção satisfatória do indivíduo no mercado de trabalho. Na esfera política, trabalha-se a conquista da participação como processo infindável de desenvolvimento comunitário. Já na esfera assistencial pretende-se a emancipação das pessoas e grupos, pois são fundamentais as metodologias participativas e produtivas (DEMO, 1996).

Uma grande dificuldade encontrada pelos Assistentes Sociais foi aquela relacionada à disposição para participar. Em relação a essa dificuldade, Demo (1996, p.59) diz que a cultura de um povo é fator de grande relevância,



não só porque povo também tem cultura, ainda que dominada, mas sobretudo porque é motivação essencial de processos participativos; podemos então afirmar que o primeiro contato com uma comunidade no sentido da mobilização participativa se dá através de algum traço de identificação cultural, pelo qual se sente tocada e atraída, e ao mesmo tempo percebe que o agente externo a entende, respeita, porque procura falar a mesma língua. Assim é importante levarmos em conta valores e símbolos culturais do povo, como procissões, hábitos alimentares, formas de cura e medicação, ambientes de vizinhanças, tipos de linguajar, etc.

Não trata-se de se “fantasiar de proletariado”, mas sim identificar-se politico-culturalmente e ideologicamente com essas pessoas, o que não envolve condições objetivas de vida (DEMO, 1996).

O apoio, a motivação e a assessoria ao grupo cabem ao assistente social, e este deve sugerir, discutir e defender pontos de vista, mas não impor e comandar. Ou seja, o papel do agente mobilizador será de apoio, não de tutela. Demo (1996, p.66) ressalta que:

é fundamental construir a rota de formação de sujeitos do desenvolvimento, contra a situação de objeto que marca a condição de escravo, do esmolar, do explorado. Por aí começa um mínimo de dignidade social, de decência social, numa sociedade pelo menos minimamente suportável.

O primeiro passo é dar condições para que esse sujeito possa exercer o direito de ter um trabalho digno e dele tirar seu sustento.

Através da atenção direta, utilizando abordagens grupais e individuais, o profissional de Serviço Social realiza sua ação e, como qualquer profissional, possui técnicas, instrumentos e meios de agir profissionalmente, elementos esses que compõem sua intervenção técnico-operativa.

Os meios, instrumentos e técnicas utilizadas pelo assistente social durante o período de estágio no grupo foram:

- **Visitas periódicas ao grupo:** as visitas aconteciam três vezes na semana e tinham como objetivo a realização das seguintes atividades:
  - reuniões com o grupo de produção e a equipe de apoio;
  - dinâmicas de grupo;
  - processos de observação;
  - atividades administrativas;
  - visitas domiciliares;
  - acompanhamento da frequência das integrantes do grupo;
  - plantão.

➤ **Reuniões:** as reuniões com os membros do grupo e a equipe de apoio aconteciam com o objetivo de mobilizar e organizar, além dos momentos nos quais alguma decisão importante em relação ao grupo deveria ser tomada. As reuniões não tinham uma data fixa e aconteciam quando requisitadas tanto pelo grupo quanto pela equipe de apoio. A reunião como “instrumento coletivo de reflexão sobre as necessidades, preocupações e interesses comunitários, assim como de organização e ação” (SOUZA, 1993, p.188) trazia vários resultados ao desenvolvimento do grupo.

Durante uma reunião, muitos assuntos eram discutidos. É o que podemos constatar observando o que aconteceu no dia 16/01/2001.

**Data:** 16/01/01

**Local:** Centro Comunitário do Conjunto Habitacional Via Expressa - Abraão

**Participantes:** Adriana, Lucas, Leila e onze integrantes do grupo.

**Objetivo:** discutir assuntos referentes ao funcionamento do grupo.

*A reunião teve início com a realização de uma chamada geral, para o controle de frequência. Perguntou-se o motivo das faltas; disseram que uma das ausentes estava doente e que duas foram trabalhar com os respectivos maridos, sendo que as restantes não haviam se justificado. O fato de irem fazer outra atividade como trabalhar com o marido é um pouco preocupante, pois pode significar que não estão vendo o grupo como um trabalho gerador de renda, o que pode vir a prejudicar as atividades.*

*Colocou-se que não deveriam preocupar-se com o desfile, pois duas senhoras que formavam a sociedade e apoiavam e lutavam pela participação de Grupos de Produção nesses eventos, desfizeram a sociedade e pode ser que isso interfira na participação ou não do grupo. Então é importante que, até que saia uma resposta definitiva, peguem material, façam as peças e vendam a fim de sustentar-se. A Divisão de Capacitação Profissional terá uma reunião amanhã com a Presidente da Coopevest (Cooperativa do Vestuário), para que cedam um espaço no box para o grupo. Assim, é importante que façam peças de verão, que são da estação atual, além de mais rápidas para confeccionar. Insistimos também na importância de aproveitar-se todos os dias da semana para produzirem, pois não se trata mais de um curso e sim de trabalho. Adriana não é mais instrutora do curso, mas sim uma pessoa que trabalha para elas dando o apoio de que necessitarem em relação ao crochê. Enfatizou-se bastante que o trabalho da Adriana é basicamente repassar o que é o crochê, e o trabalho da Prefeitura é fazer com que o grupo torne-se autônomo,*

*ajudando na integração do grupo, no processo administrativo, na divulgação do grupo e dando o apoio necessário para que tudo saia como o planejado.*

*Durante a reunião, algumas integrantes colocam alguns pontos que estão atrapalhando o funcionamento normal do grupo, como:*

- *a presença de muitas crianças no local;*
- *as faltas constantes;*
- *falta de responsabilidade com o lanche.*

*Dentro dessas colocações, resolveu-se que, em relação às crianças, será feito um rodízio, onde a cada hora uma dupla ficará responsável por elas. Algumas não concordaram, mas a maioria concordou.*

*Em relação às faltas, elaborou-se uma regra: quem faltar mais de 25% do total do tempo de frequência durante o período de um mês, deve sair do grupo. Após um período, essa decisão foi avaliada e reformulada. A questão do lanche fora adiada para a próxima reunião devido ao esgotamento do tempo, já que algumas integrantes precisavam sair pois possuíam outros compromissos.*

*O ato de uma reunião era de extrema importância para o grupo, pois era o momento de aprendizagem, de falar, opinar, discutir.*

*Após a eleição da coordenação, ficou definido que as assembleias aconteceriam uma vez por mês.*

➤ **Observação:** recurso utilizado durante o processo de compreensão da realidade. Este recurso não determina obrigatoriamente que o pesquisador dirija a palavra ao observado. Segundo Souza (1993, p.184),

*a observação consiste na ação de perceber, tomar conhecimento de um fato ou acontecimento que ajude a explicar a compreensão da realidade objeto do trabalho e, como tal, encontrar os caminhos necessários aos objetivos a serem alcançados. É um processo mental e, ao mesmo tempo, técnico.*

Este instrumento traz para o Serviço Social esclarecimentos a respeito das demandas e das bases de ação.

➤ **Dinâmicas de grupo:** as dinâmicas desenvolvidas ao longo do semestre tinham como objetivo fazer com que percebessem como é o trabalho em grupo, como devemos nos comunicar em grupo, como deve agir e para que serve um coordenador de grupo e qual a importância de cada membro do grupo; dentro desses objetivos, visávamos a maior

integração do grupo e, como consequência, uma maior participação. Segundo Gonçalves (1998, p.6),

o uso de dinâmicas nos processos alternativos de educação em grupos visa proporcionar momentos educativos que possibilitem ao grupo vivenciar situações inovadoras em todos os níveis (...) neste sentido, a vivência, o jogo, o lúdico, viabilizados através de dinâmicas de grupos possibilitam o surgimento das condições propícias para a constituição do grupo e do ensino-aprendizagem. Este é o sentido da dinâmica de grupo em qualquer atividade educativa.

Um exemplo de dinâmica de grupo pode ser identificado no relato da atividade que aconteceu no dia 24/04/01:

**Data:** 24/04/01

**Local:** Centro Comunitário do Conjunto Habitacional Via Expressa - Abraão

**Participantes:** Silvana, Lucas, Maria, Adriana, Leila e oito integrantes do grupo.

**Atividade:** Dinâmica de Grupo

*Hoje a principal atividade planejada para o grupo foi a dinâmica de grupo.*

*A atividade foi planejada com os seguintes objetivos:*

- *Entrosamento dos membros do grupo;*
- *Fazer com que percebam que todos têm seu espaço e sua tarefa no grupo;*
- *Fazer com que saibam agir quando precisarem enfrentar conflitos e problemas no grupo.*

*Primeiramente, fizemos um círculo de cadeiras e pedimos que se sentassem. Houve um pouco de resistência por parte de algumas, mas também participaram. Antes de iniciarmos o exercício, havia um problema que me preocupava: as crianças. Muitas mães trazem seus filhos e muitos são de colo. Maria se encarregou de ficar com algumas crianças. Silvana participou da dinâmica e ajudou a argumentar no momento do comentário.*

*Assim que todas se acomodaram, expliquei que, como já havíamos planejado, hoje iríamos fazer uma dinâmica de grupo. Expliquei que o trabalho da equipe de apoio não é só cuidar da parte administrativa, e que esse trabalho que iríamos fazer hoje deveria ter começado desde os tempos de curso, o que poderia ter evitado várias coisas como, por exemplo, tantas desistências que já aconteceram.*

*Iniciei a atividade explicando seus principais objetivos, como também como iria acontecer a dinâmica. A dinâmica baseava-se nos seguintes exercícios:*

- *ficar em círculo, dar as mãos para os companheiros laterais memorizando qual é o companheiro da direita e da esquerda;*
- *soltar as mão e circular para qualquer direção, dentro do espaço delimitado;*
- *após alguns minutos, ouvirão um sinal de "pare", onde terão que ficar no lugar que pararam e tentar dar as mãos para as mesmas companheiras do início;*
- *dadas as mãos, o que antes era um círculo, torna-se um nó de pessoas;*
- *o passo seguinte é tentar voltar ao círculo de início sem soltar as mãos.*

*Durante a atividade tudo correu bem, mas na hora de voltar ao círculo normal algumas tiveram que soltar as mãos, pois haviam trocado a companheira da direita com a esquerda. Mas mesmo assim conseguiram retornar ao ponto de início.*

*Logo pedi que sentassem, pois iríamos falar um pouco sobre o que aconteceu. Perguntei ao grupo o que sentiram ou perceberam, qual a relação que o exercício tem com o grupo. Os comentários foram:*

- *"todas estavam sorrindo" (Rute)*
- *"tinha um nó e tínhamos que desmanchar" (Sérgia)*
- *"tivemos que conversar e combinar como sairíamos dali" (Madilene)*
- *"pensei que não conseguiríamos sair" (D<sup>a</sup> Verônica)*

*Perguntei por que acham que conseguiram sair. Responderam:*

- *"porque uma pulou, a outro esperou, outra passou por baixo" (Sérgia)*

*Após um tempo de silêncio, perguntei se alguém teria mais algum comentário a fazer. Ninguém respondeu. Comecei então a explicar qual a mensagem que eu gostaria de passar a elas.*

*Iniciei dizendo que a atividade que acabaram de fazer correspondia as três fases principais pelas quais todos os grupos passam. A primeira fase corresponde à união, ocorre quando as pessoas resolvem formar um grupo, e foi representada quando deram as mãos. A segunda é a fase do caminhar do grupo no dia-a-dia; é a fase em que se encontram, e foi representada pelo momento em que tiveram que se movimentar pela sala. A terceira fase é onde começam a acontecer os conflitos, os problemas, quando os membros já possuem uma certa intimidade e liberdade para a discordância de idéias. Esta fase está representada pelo "nó de pessoas" que se formou.*

*Coloquei que para a resolução deste nó ou conflito teriam que agir como alguém do grupo já havia falado, ou seja, com comunicação. Durante o processo de desfazer o nó, todas colocavam suas idéias; a solução só aconteceu com a participação de todos, pois se um não quisesse participar, o nó não seria desfeito; houve união, sendo que todas, naquele momento, estavam de mãos dadas tentando resolver um problema.*

*Durante o comentário, falei também que a união de pessoas serve também para criar amizades, desabafar, aprender coisas novas, pedir ajuda, dar ajuda, etc. Enquanto estavam de mãos dadas, se uma caísse, poderia levar todo o grupo ao chão. Assim também acontece com os sentimentos: se uma está triste, transmite isso ao grupo, e se outra está alegre, esperançosa, o grupo sente esta energia.*

*Após o comentário, agradei a participação de todas e notei em seus sorrisos que haviam gostado. Perguntei então o que acharam, se gostaram. D<sup>ra</sup>. Verônica respondeu que pensava que seria uma coisa mais formal e acabou achando divertido.*

*Vejo que a preocupação delas está ligada ao fato de se expor, de ter que falar algo individualmente. Como foi uma atividade em grupo onde uma não se sobressaiu mais que a outra, não houve constrangimentos. Elas gostaram.*

*Mesmo assim, vejo como importante que o grupo conheça a personalidade de cada um, e isso só será percebido com exercícios um pouco mais individuais, onde cada uma terá que se expor mais. Essa etapa será um pouco mais difícil.*

➤ **Visitas domiciliares:** trata-se de um importante instrumento de trabalho do Serviço Social, consistindo na realização de um processo de entrevista e observação realizado na residência dos sujeitos sociais.

No intuito de compreender a realidade social no qual estão inseridos os sujeitos sociais, o assistente social realiza a visita domiciliar, que consiste em:

um instrumento que potencializa as possibilidades de conhecimento da realidade (conhecendo com o usuário as suas dificuldades e não o que já sabemos) e que tem como ponto de referência a garantia de seus direitos (através dos serviços que lhe são levados), onde se exerce um papel educativo (colocando o saber técnico a disposição) de reflexão sobre a qualidade de vida (SARMENTO, 1996 apud GEREMIAS, 1996).

As visitas tinham como objetivo acompanhar os integrantes do grupo de maneira mais integral, a fim de conhecê-los melhor; acompanhar o processo de evasão, verificando o

motivo da ausência das integrantes durante um determinado tempo; e saber as opiniões que tinham em relação ao grupo.

Este instrumento foi necessário em alguns momentos do trabalho desenvolvido, como por exemplo no dia 12/06/01.

**Data:** 12/06/01

**Local:** Centro Comunitário do Conjunto Habitacional Via Expressa - Abraão

**Participantes:** Silvana, Leila e 7 integrantes do grupo

**Conversa com o grupo:** Já no primeiro momento em que chegamos, nos disseram que Vera, uma das integrantes, iria desistir. Fiquei muito desapontada, pois venho notando que, de um tempo pra cá, algo vem acontecendo e não estamos conseguindo identificar o que é. Isso me preocupa pois, depois de todo o empenho nosso e do grupo, vejo que de uma hora para outra as esperanças vêm desabando. Como estou fazendo as visitas com o objetivo de descobrir o que está acontecendo, planejei que depois de conversar com o grupo iria até a casa de Vera saber o motivo da desistência.

Conversamos com o grupo os seguintes assuntos:

**Casa do Artesão:** segundo D<sup>a</sup> Verônica, dia 08/05, sexta feira, ela estava no ponto de venda e Estela, diretora da Loja, veio e lhe disse que quer que todos os dias tenha alguém no ponto; caso contrário, não aceitará que utilizem mais o espaço. Discutimos o acontecido com o grupo, e concluímos que quem não está colaborando é o grupo da Vila Cachoeira. Então ficou resolvido que iremos conversar com elas e ver se querem continuar deixando suas peças; se a resposta for afirmativa, terão que concordar em participar; caso contrário, iremos tirar suas peças e o Abraão irá se responsabilizar por todos os dias.

**Desfile na Lupus Bier:** colocamos para o grupo que o desfile foi adiado novamente e que ainda não temos uma data definitiva. A reação de todas foi de desânimo e algumas até chegaram a dizer que não acreditam mais que o evento irá acontecer.

**Encomendas:** em seguida a animação foi também geral, pois tínhamos 7 encomendas para serem repassadas. Falamos para darem maior importância no momento para as encomendas pois, além de ser venda quase certa, tem-se que dar maior atenção a esse tipo de cliente. Ao contrário do grupo da Vila Cachoeira, cada uma ficou com uma encomenda. Nos perguntaram onde iriam conseguir a linha para

as encomendas; falamos para primeiro ligar para a cliente e tentar ver se ela não dá um sinal para a linha, pois já seria uma garantia de que depois da peça pronta ela irá comprá-la. Reclamaram também que alguns telefones eram celulares e que iriam gastar muito; falei que quando investimos em algo, de início sempre gastamos um pouco, sem muitas vezes saber se teremos retorno mais tarde, mas sempre confiante que o retorno virá. Coloquei meu exemplo como estudante, pois já estou há quase quatro anos estudando sem por enquanto ganhar nada e só gastando, mas com esperança que esse investimento me traga retorno no futuro. "E assim também é com vocês: precisam investir um pouco e acreditar em vocês mesmas; caso contrário, ninguém irá acreditar em vocês". Dei a dica de ligarem no horário da noite, pois geralmente é mais barato.

*Fizemos também a relação das peças do desfile que precisam de ferro.*

Como quase todos já terminaram a sua segunda peça, vimos quem estava sem material e duas voluntárias se dispuseram a acompanhar a Silvana até a PMF para escolher o que cada um irá fazer. Enquanto isso, fui até a casa de Vera fazer a visita.

Cheguei em sua casa, cumprimentei-a e ela logo me convidou a entrar. Vera estava conversando com duas amigas e fiquei ali esperando a conversa terminar. Enquanto esperava, fiquei ouvindo o que conversavam e percebi que está havendo uma grande guerra entre a comunidade Chico Mendes, o Morro da Caixa e o Conjunto Habitacional Abraão. Falaram em mortes várias vezes. A amiga de Vera falava tudo abertamente, pois pensou que eu fizesse parte da família de Vera, sendo que quando foi embora perguntou se eu era sua irmã.

A situação entre as comunidades está tão ruim que a entrada de um morador de uma dessas comunidades é proibida na outra, mesmo tendo parentes a visitar. Segundo Vera, ali no Conjunto, após as 18:00hs eles já ficam com o "canhão" vigiando a entrada, e lá na Chico Mendes a entrada é vigiada durante o dia todo.

Perguntei a ela qual o motivo dessa rivalidade toda e ela respondeu que a briga seria por causa de namoradas.

Comecei então a falar sobre o assunto que me levou até sua casa. Iniciei falando que o grupo nos deu a notícia que ela iria desistir. Ela, já em seguida, respondeu que sim, e disse que está muito desanimada. Perguntei o que a estava desanimando. Ela falou em várias coisas que vêm acontecendo no grupo e que ela não está gostando:



- *A falta de um professor para orientar como terminar as peças que já foram iniciadas e dar início ao planejamento das outras para o desfile;*
- *As fofocas, pois estive com seu filho doente e faltou por alguns dias não tendo como avisar porque estava longe da comunidade. Mesmo assim, já inventaram várias coisas a seu respeito;*
- *A falta de participação do grupo – Vera coloca que esse fator está lhe agonizando, e que ela até poderia participar mais, mas não participa porque sempre é uma ou duas que fazem pelo grupo todo, e as outras ficam só nas costas;*
- *“Existem pessoas igual a eu querendo mandar”, fato com o qual ela não concorda. Em relação a isso, falei que sempre, em qualquer grupo, terá que existir alguém responsável por alguma atividade; essa pessoa será o coordenador, e tudo o que acontecer de errado nessa atividade será responsabilidade dele. “Por isso, ele sempre terá que impor algumas regras, mas a questão não é mandar e sim coordenar, pois num grupo de produção como o de vocês, não existe chefe, mas sim coordenadores”.*

*Falei que tudo isso que ela está me dizendo deveria ser discutido no grupo, e que um grande problema é a falta de comunicação entre os membros do grupo. As pessoas simplesmente começam a desistir diante de alguns problemas e não tentam resolvê-los. Todas as angústias referentes ao grupo deveriam ser socializadas no próprio grupo, pois muitas vezes essa angústia pode não ser somente sua, e certamente não é, o que torna o problema mais fácil de ser resolvido.*

*Vera colocou que, em relação à participação, o certo seria que nós da PMF fizéssemos listas com rodízios de participação para uma certa atividade, onde a pessoa se sentisse na obrigação de participar. Falei a ela que essa idéia já foi colocada dentro do grupo, mas que nosso objetivo é que elas próprias se organizem e façam a lista, ou encontrem outra forma de se organizarem. Segundo ela, ninguém respeita se a “ordem” vier de alguém de dentro do grupo.*

*No final da conversa, Vera mostrou-me seu vestido que está pela metade e, angustiada, perguntou como iria continuar aquela peça, se não tinha orientação de ninguém que sabe fazer aquele tipo de acabamento. Contei a ela das encomendas que distribuimos no grupo hoje, e que muitas assumiram encomendas que não sabem fazer, mas como outras sabem, então iriam durante o tempo em que estavam reunidas no grupo ensinar umas às outras. Então eu disse que, se ela fosse até o grupo, com*

*certeza alguém teria a solução para seu acabamento. Vera então falou que iria voltar, mas também reclamou que está com mais peças pela metade, pois não tem linha para terminar. Fiquei de ligar para a loja para trocar a linha.*

*Vera colocou que seu objetivo no grupo é aprender a fazer crochê e vender por fora, pois os pontos de venda em que estão as peças vendem muito pouco e se fosse só por eles já teria desistido.*

*Vera tem três filhos, um deles está com problema de adenóide e passará por uma cirurgia. Mora com uma irmã e está separada do marido, que está morando na comunidade Chico Mendes.*

*Em relação ao fato de Vera ou o grupo não aceitarem quando alguém do próprio grupo seja coordenador, vejo que este é um problema de baixa auto-estima, já que sempre foram acostumados a serem mandados por pessoas com um nível mais alto que o seu, sentem-se submissas. Já com relação ao fato de quase não participarem, vejo que já vem de uma cultura política estatizada.*

*Neste momento de visita domiciliar é possível sentir as demandas com mais facilidade, pois é um momento em que o sujeito fala e o profissional ouve e observa, sendo muitas vezes somente neste processo é que a demanda é diagnosticada.*

➤ **Atividades administrativas:** atividades que envolvem controle de caixa, saída e entrada de material, entrada e saída de peças prontas e vendidas etc.

Quanto às atividades administrativas, percebo que não dizem respeito ao Serviço Social, que deve repassá-las ao grupo. De início, cada integrante ficou com uma parte administrativa, mas muitas foram desistindo do grupo e de tal função. Não achavam-se capazes de assumir tal atividade e devolviam a função a nós, equipe de apoio. Tivemos então que assumir certas atividades e aprender a lidar com a situação que estávamos vivenciando.

As atividades administrativas do grupo diziam respeito ao que presenciamos no dia 29 de março de 2001.

**Data:** 29/03/01

**Local:** Centro Comunitário do Conjunto Habitacional Via Expressa – Abraão

**Participantes:** Lidiane, Maria, Silvana, Leila e seis integrantes do grupo

**Objetivo:** discutir os assuntos referentes à pauta

**Pauta:** 1. levar e explicar os cartazes sobre como calcular o preço de uma peça; como fazer o cálculo do pagamento do vendedor, diariamente ou semanalmente; quanto será o percentual do vendedor e quanto será o percentual de quem produziu a peça; 2.

*mudança nos preços das peças; 3. forma de arrecadação de dinheiro para pagamento do vendedor; 4. livros de controle.*

*(1.) Explicamos os cartazes e deixamos os mesmos colados na parede, para que quando tiverem alguma dúvida possam pesquisar.*

*(2.) Segundo Marcos (vendedor), os clientes têm reclamado do preço das peças. Perguntamos então ao grupo se concordavam em reduzir os preços. Todas concordaram. Maria e eu iremos amanhã conversar com Estela sobre os preços e sobre as folhas de controle da loja que estão com peças misturadas.*

*Em relação ao fato de irmos resolver esse assunto na Casa do Artesão, penso que para aumentar o nível de participação das integrantes, deveríamos inseri-las em todas as atividades referentes ao grupo, mas muitas vezes isso não acontecia pois, devido à falta de recursos financeiros, o deslocamento de um lugar para o outro tornava-se muito complicado.*

*(3.) Como combinado no encontro anterior, todas teriam que pagar RS 1,20 até o dia 28/03. Segundo a integrante responsável pela arrecadação do dinheiro, somente cinco pessoas pagaram. Das que não pagaram, duas estavam presentes e disseram que não teriam de onde tirar o dinheiro. D<sup>a</sup> Juliana diz que "o crochê foi muito importante nesta fase de sua vida, pois vivia em depressão e só queria dormir o dia inteiro. Mas que ela é sozinha e mora com um filho que está desempregado e gasta todo o dinheiro em droga, por isso nunca sobra dinheiro". Ficou combinado então que as que estão pagando continuarão pagando e as que não podem pagar terão suas peças vendidas e receberão somente 50% do lucro e o restante ficará para o grupo para o pagamento do Marcos (vendedor). Todas concordaram.*

*Vejo que um projeto que tem o objetivo de gerar renda deve ter recursos necessários para que se possa manter o grupo até que este seja capaz de caminhar sozinho, pois pedir que colaborem com participação é uma coisa, mas com dinheiro é quase impossível. Isso acontece porque as políticas são fragmentadas e não integrais.*

*(4.) Silvana conversou com o grupo sobre a situação de Sérgia, que está responsável por três livros, sendo que um nem está com ela. Perguntou se alguém gostaria de fazer uma experiência ficando com o livro durante uma semana, ninguém se habilitou. Algumas falam que devido aos problemas visuais não conseguem dar conta desse tipo de atividade, outras colocam que não sabem ler.*

*Nesta situação, é possível sentir o problema da falta de integração entre as políticas. Os indivíduos precisam ser olhados como um todo. No caso citado acima, o*

*assistente social poderia encaminhar essas pessoas para um programa de alfabetização, mas não o faz porque inexistente na comunidade.*

➤ **Conversas informais:** aconteciam quando nenhuma decisão importante seria tomada, mas alguma informação deveria ser repassada ao grupo. Essas conversas também diziam respeito ao “papo jogado fora”, que consistia num momento para se conversar sobre qualquer assunto, o que facilitava a relação/interação membro do grupo X técnico da equipe de apoio.

➤ **Utilização de questionários:** durante o período de estágio/intervenção no grupo, o instrumento questionário foi utilizado para dar suporte às visitas domiciliares, auxiliando no conhecimento do cotidiano e da trajetória social do usuário, sendo que utilizávamos a entrevista semi-estruturada, regida por um questionário que continha a seguinte estruturação:

1. Nome:
2. Data nascimento:
3. Número de dependentes
4. Idade dos dependentes
5. Com quem mora?
6. Quem exerce alguma atividade remunerada em casa?
7. Local de procedência
8. O que você acha do grupo em que está inserido?
9. Por que você participa do grupo?
10. O que poderia melhorar no grupo?
11. Existe alguém na família que fique repetidamente doente?
12. O curso de uma forma geral melhorou algo em sua vida?
13. O que você acha do trabalho em grupo?
14. Cite algumas qualidades e defeitos seus

Esse questionário era utilizado de maneira aleatória e se ajustava à situação e ao objetivo pretendido com a visita.

➤ **Planejamento:** o planejamento das ações desenvolvidas no grupo acontecia nas reuniões da equipe de apoio. Neste momento, as ações eram planejadas, avaliadas e, se necessário, reformuladas. Para a equipe, o planejar era um processo dinâmico e contínuo. Esse planejar torna-se um trabalho indispensável para o delineamento das ações técnico-operativas.

O planejamento refere-se à

seleção das atividades necessárias para atender questões determinadas: diz respeito, também, à decisão sobre os caminhos a serem percorridos pela ação e às providências necessárias à sua adoção, ao acompanhamento da execução, ao controle, à avaliação e à redefinição da ação (BAPTISTA, 2000, p.13).

Como exemplo temos a reunião da equipe de apoio que aconteceu no dia 23 de abril de 2001.

**Data:** 23/04/01

**Local:** Divisão de Capacitação Profissional

**Atividade:** Reunião da Equipe de Apoio

**Participantes:** Zula, Lucas, Leila, Silvana e Maria

*A atividade planejamento acontecia em todas as reuniões da equipe de apoio. Será descrita abaixo uma dessas reuniões, com o objetivo de exemplificar a prática.*

*Assuntos tratados:*

- *Desfile;*
- *Divisões de tarefa;*
- *Planejamento de atividades relacionadas ao desenvolvimento das relações interpessoais nos grupos.*

*Primeiramente foram passadas algumas notícias para a equipe de apoio. Ieda avisou que havia conversado com Adriano e este se propõe a ajudar no que for possível e de início disse que conhece jornalistas que poderiam ajudar na divulgação dos grupos; disse também que conhece uma agência de modelos que poderia disponibilizar alguém, caso fosse necessário.*

*Dissemos que um jornalista será mesmo necessário, principalmente para divulgar a participação dos grupos no desfile, mas que modelos no momento não precisaríamos, pois a Lupus Bier irá organizar todo o desfile, e só precisaremos entregar as peças no dia certo e divulgar a participação dos grupos.*

*Zula também falou que gostaria de ter uma reunião com Estér da Lupus Bier, a fim de esclarecer como será o processo da verba que estamos solicitando via projeto.*

*Comentou-se também que é preciso marcar urgente uma reunião com Lenair, para agilizar a verba que virá da Caixa Econômica Federal. Segundo Zula, existem R\$ 1.000,00 do Fundo Municipal de Assistência Social que podem ser utilizados para*

*compra de material para os grupos. É preciso decidir se compraremos material para o desfile ou para a confecção das peças para os pontos de venda.*

*Para a compra do material para confecção das peças, deverão ser feitos três orçamentos. Falaremos com Flávia para que faça isso no dia 25/04.*

*Em relação ao desfile, procuramos dividir as funções para que cada um se responsabilize por uma coisa, pois não podemos falhar em nada. A divisão ficou da seguinte forma:*

- ❖ *Silvana: divulgação;*
- ❖ *Lucas: contatos com Magali;*
- ❖ *Maria e Leila: planejamento e controle das peças, administração dos livros de controle.*

*A reunião também serviu para conversar sobre o que estaríamos fazendo para trabalhar a dinâmica interna dos grupos. Estaríamos enfatizando:*

- *A participação;*
- *A comunicação;*
- *O empreendedorismo;*
- *A democracia;*
- *O que é e como é fazer parte de um grupo.*

*Dentro disso, escolhemos trabalhar uma dinâmica de grupo que será aplicada amanhã.*

➤ **Plantão:** o plantão no grupo efetuado pelo profissional de Serviço Social, servia como um momento de observação, de atendimento individual e de resolução de conflitos através do diálogo.

➤ **Materiais de escritório:** entre os materiais de escritório utilizados para a intervenção no grupo estavam computador, papel e canetas, utilizados para os mais variados fins.

Um importante instrumento que deveria ser mais utilizado no processo de trabalho dos assistentes sociais envolvidos diz respeito aos relatórios descritivos. Esse instrumento tem grande importância no momento do planejamento e na avaliação das ações

Todos esses instrumentos servem para o assistente social como forma de decifrar a realidade e de agir em prol da transformação pois, segundo Guerra (2000, p.9), “no processo

de trabalho a passagem do momento da pré-ideação (projeto) para a ação propriamente dita requer instrumentalidade”.

Além dos instrumentos técnico-operativos, o assistente social utiliza os instrumentos teóricos-metodológicos que se constituem em importante fonte de compreensão da realidade.

Assim o Serviço Social foi de suma importância nesse projeto, pois suas ações, segundo Silva (2000, p.114), possuem qualidade superior em relação às diferentes profissões atuantes na área social, devido ao modo como põem em prática essas ações, que:

- São realizadas na perspectiva do direito, sendo que o indivíduo é visto como um sujeito que transforma e que é detentor de direitos;
- São expressas pelas "demandas que este sujeito apresenta e pelo seu perfil sócio-econômico e político"(SILVA, 2000, p.114);
- Se desenvolvem através de um processo de "discussões, análises e proposições que possibilitem reflexões e críticas, numa relação democrática e de respeito entre o saber profissional, institucional e político do assistente social e o saber do usuário" (SILVA, 2000, p.114).

Sendo assim, esse profissional possui uma formação que prima por olhar o sujeito como um todo, procurando conhecer a realidade, captando as reais necessidades do usuário. Os assistentes sociais envolvidos no grupo tiveram um papel essencial, pois despertaram em algumas pessoas o sentido da cidadania e da participação, criando alternativas, lutando inúmeras vezes para que o grupo não terminasse, tendo que recomeçar diversas vezes frente às dificuldades que surgiam. Pois acreditamos que só através da educação e conscientização popular é que poderemos diminuir o impacto da situação de desigualdade social e diminuição de direitos que tende a se agravar a cada dia.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, as transformações políticas e econômicas dos últimos anos têm alterado radicalmente o mercado de trabalho, caracterizado hoje por empresas que nunca produziram tanto com tão pouca gente, causando uma redução drástica de postos de trabalho e, como conseqüência, deixando milhares de famílias sem o mínimo necessário para satisfazer suas necessidades básicas, como por exemplo alimentação, habitação e educação. Diante desse contexto, os níveis e números da questão social tendem a aumentar e as conseqüências são refletidas na sociedade, que sofre com o aumento da violência, da mendicância, roubos, trabalho infantil, etc.

Dentro da situação atual, é necessário lutar contra as ações de caráter paliativo, pois estas são responsáveis pelo comodismo e pela pobreza política do cidadão. A saída é promover algo sustentável, que dê ao cidadão chance de auto-sustentar-se e de satisfazer suas necessidades básicas.

Sendo assim, o governo municipal aposta, no âmbito das políticas públicas, em novas formas de geração de renda. São exemplos as cooperativas, associações e grupos de produção, ou seja, empreendimentos produtivos alternativos como aquele que foi o objeto principal de estudo neste trabalho. Essas formas alternativas de geração de renda são, para o governo, medidas que objetivam minimizar a questão social vigente mas, para os usuários dessas políticas, devem representar, além de uma forma de gerar renda, um modo de autopromover-se.

Já para o profissional de Serviço Social incluído na gestão do grupo, tem como objetivo tanto amenizar a questão social e promover a autopromoção dos envolvidos como compor um processo capaz de instigar o exercício da cidadania, a descoberta por parte do indivíduo de que ele é sujeito de sua história e de que só ele poderá iniciar um processo de construção ou transformação.

Estas novas formas de gerar renda são de grande valia para essa população excluída do mercado de trabalho. Mas, antes de alcançar este patamar, deve ser elaborado um projeto que



sustente o desenvolvimento do grupo até atingir sua independência. Nesta situação, faz-se necessária uma análise criteriosa para que não se promova, em vez da autopromoção, o assistencialismo e, conseqüentemente, a dependência.

O processo de qualificação também deve ser avaliado, pois se o objetivo é educar para a empregabilidade, muitas vezes na prática não é o que se observa. Vemos muitas pessoas que, mesmo tendo passado por mais de um curso de qualificação, nem ao menos sabem ler. Soma-se a isto o fato de que a obtenção do emprego não depende só de qualificação. Sendo a procura maior do que a oferta, o mercado de trabalho define os critérios de avaliação que lhe convier, como por exemplo sexo, raça ou idade. Um outro fator importante, e que precisa ser analisado no processo de qualificação, é a necessidade de pesquisa de demanda no mercado de trabalho a respeito do produto que será manufaturado, ou a respeito do serviço que será prestado. Diante disso é que, atualmente, o SINE/SC não aprova mais projetos pleiteando a liberação de verbas para qualificação, pois muitas vezes a entidade requerente não apresentava a pesquisa de demanda do mercado pelos produtos ou atividades propostos. Agora, o processo de escolha de cursos acontece através Fóruns Municipais de Qualificação e Requalificação Profissional, do qual participam diversos representantes de vários segmentos da sociedade.

Em relação à formação de empreendimentos produtivos no âmbito da Prefeitura Municipal de Florianópolis e à sua sustentabilidade, serão colocadas algumas recomendações que surgiram durante o período de estágio e no momento da execução deste trabalho, como:

- Antes de qualquer curso de capacitação, seria importante um curso de empreendedorismo e liderança; seria interessante também promover um curso permanente de alfabetização de adultos na comunidade ou na escola do bairro;
- A integração e o trabalho em rede dos diversos órgãos da Prefeitura acarretaria maior efetividade ao trabalho;
- incluir os integrantes do grupo em todos os assuntos relacionados ao mesmo;
- lutar por uma política pública que forneça recursos diretamente para a formação de empreendimentos produtivos;
- É preciso aumentar o número de comunidades-alvo das ações da Gerência do Trabalho e Ação Comunitária, universalizando assim o direito ao trabalho a todas as comunidades;
- É de suma importância a capacitação de técnicos do setor, remanejando-os, quando possível, para as áreas de seu interesse;

- manter contato contínuo com outras entidades que realizem o mesmo trabalho;
- É imprescindível um esforço no sentido de criar mecanismos de escoamento da produção dos grupos.

Algumas dessas recomendações já fazem parte das propostas de ação da atual Gerência de Trabalho e Ação Comunitária, e reconhece-se que muitas delas não dependem de uma simples proposição, mas sim de um processo a longo prazo de reivindicações e negociações com o poder público, o que também faz parte do papel do profissional de Serviço Social.

A experiência apresentada representa, então, mais um rico campo de atuação para o profissional de Serviço Social, onde ele, utilizando seus conhecimentos teórico-metodológicos, sua capacitação técnico-operacional e realizando seus compromissos ético-políticos, propõe, através da mediação com o poder público, o aumento da participação popular e uma melhor qualidade de vida para a classe empobrecida.

## 7. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ANTUNES, Ricardo. Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: Cfess/ABEPSS/Cead/UnB, 1999.
- AMADEO Edward. A evolução recente da oferta de trabalho e do emprego no Brasil. **Notas sobre o mercado de trabalho**, n1. Brasília: Sefor, 1998.
- AMADEO Edward. Dez pontos sobre a situação recente do mercado de trabalho. **Notas sobre o mercado de trabalho**, n5. Brasília: Sefor, 1998.
- ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Questão Social no Brasil e Serviço Social. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 02: Reprodução social, trabalho e Serviço Social. Brasília: Cfess/ABEPSS/Cead/UnB, 1999.
- ASSMANN, Selvino José. **Globalização como fato e como ideologia**. II Encontro Internacional de Educação, n1, Blumenau, 1998.
- BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras, 2000.
- BARBOZA, Cicero Ricardo França. **Empregabilidade e geração de renda: estratégias para a formulação e implementação da política pública de qualificação profissional a partir da experiência de Santa Catarina**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da UFSC: Florianópolis, 2001.
- BEAL, George M.; BOHLEN, Joe M.; RAUDABAUGH, J. Neal. **Liderança e Dinâmica de Grupo**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 6ª ed., 1972.

- BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional. **Sistema público de Emprego & Educação Profissional**: implementação de uma política integrada. Brasília, 1996. 14 p.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional. **Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador**: trabalho e empregabilidade. Brasília, 1998. 5 p.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Tradução de Mariângela B. Wanderley. Seminário Internacional A questão social no contexto da globalização, PUC/ São Paulo, 14 – 17, out. 1996.
- COHN, Amélia. **Capacitação de formadores**. Florianópolis: LED, 2000.
- COHAB. **Projeto Geração de Renda e Valorização da Vida**. Florianópolis, 2000.
- KAFRUNI, Simone. Negócios próprios tem a maior rentabilidade. **Diário Catarinense**. Caderno Pagina Quatro, 1/07/2001, p.4.
- DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- DOWBOR, Ladislau; BAVA, Silvio Caccia. **Políticas municipais de emprego**. Seminário Empresa Social, 1996, São Paulo. **Anais...** São Paulo: IEE, PUC, 1996.
- GONÇALVES, Ana Maria. PERPETUO, Susan Chiode. **Dinâmica de grupos na formação de lideranças**. 3.ed. Rio de Janeiro: DPEA, 1998. 152p.
- GEREMIAS, Rosicléia. **Relatório Semestral de Estágio Curricular II**, apresentado a Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999. Trabalho não publicado
- GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, n62, ano XX, mar. 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.  
<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso dias 29 e 30/11/01.

- KOIKE, Marieta. As novas exigências teóricas, metodológicas e operacionais da formação profissional na contemporaneidade. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 2: Reprodução social, trabalho e Serviço Social. Brasília: Cfess/ABEPSS/Cead/UnB, 1999
- MAIA, Isa. **Cooperativa e prática democrática**. São Paulo: Cortez, 1985.
- MEDEIROS, Gelton. **Gerenciamento Social**: um estudo de caso. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- MENEGASSO, Maria Ester. O trabalho, a ocupação e o emprego: uma perspectiva históricas. **Revista de Negócios**. Vol.5, n1, FURB:2000.
- \_\_\_\_\_ **As organizações e o Serviço Social**. Ago. 2000. Notas de Aula. Texto digitado.
- MEHEDFF, Nassim Gabriel. **Capacitação de formadores**. Florianópolis: LED, 2000.
- \_\_\_\_\_ **Educação Profissional**: quem não qualifica, não compete. MTb. Brasília. 1998.
- PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. LOPES, José Sérgio Leite. **Cultura e identidade operária**. Rio de Janeiro: Museu Nacional; São Paulo: Marco Zero, [1987?].
- PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria "concessão conquista". **Serviço Social e Sociedade**, n53, ano XVIII, São Paulo: Cortez, mar.1997.
- PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas**. São Paulo: Cortez, 2000.
- POLÍTICAS públicas : desafios e perspectivas. **Caderno de Estudos CRESS**, n1, 1997, p. 3 e 4.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS – PMF. **Sub-projeto de Geração Emprego e Renda**. Florianópolis, 2000.

- SERRA, Rose M. S. **Crise de materialidade no serviço social: repercussões no mercado de trabalho.** São Paulo: Cortez, 2000.
- SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. Serviço Social, das tradicionais formas de regulação sociopolítica ao redimensionamento de suas funções. **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo 4: O trabalho do Assistente Social e as Políticas Sociais. Brasília: Cfess/ABEPSS/Cead/UnB, 2000.
- SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE. <<http://www.sebrae-sc.com.br>>. Acesso em janeiro de 2001.
- SILVA, Maria Lúcia Lopes da. Um novo fazer profissional. **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo 4: O trabalho do Assistente Social e as Políticas Sociais. Brasília: Cfess/ABEPSS/Cead/UnB, 2000.
- SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 1993, p. 165-200.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Capacitação para conselheiros de trabalho e emprego.** Florianópolis, 2001. 224p.
- WOLFE, Joel. “Pai do pobres” ou “mãe dos ricos”? : Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. **Revista Brasileira de História.** vol.14, n27, São Paulo, ANPUH/Marco Zero:1994.

ANEXOS



FOTO-01: Dia da visita da jornalista do jornal da região.



FOTO-02: Realização de atividade de dinâmica de grupo.



**FOTO-03:** Um dia de trabalho.



**FOTO-04:** Exposição da produção no ponto de venda – Casa do Artesão.



CONHEÇA MELHOR OS  
GRUPOS DE PRODUÇÃO DE ARTESANATO EM CROCHÊ



NAUCÁ E NAUÁ

Os grupos de produção NAUCÁ (Nós Artesãs Unidas da Vila Cachoeira) e NAUÁ (Nós Artesãs Unidas do Abraão), são formados especialmente por mulheres moradoras dos Conjuntos Habitacionais do Abraão e da Vila Cachoeira (Saco Grande II). O primeiro conta hoje com 10 artesãs, todas moradoras do conjunto, e o segundo com 12 artesãs.

São mulheres simples, mas com muita força de vontade, que deixam suas casas e seus afazeres para apostarem na sua independência e/ou melhorarem sua renda familiar. Muitas trazem seus filhos para o grupo, onde se encontram três vezes por semana durante quatro horas para produzirem, nos respectivos Centros Comunitários. Porém, por trás dessa produção percebe-se um grupo com idades variadas, mas com o mesmo interesse, persistência, respeito, credibilidade, e muita "garra", com uma certa dose de delicadeza para confeccionar cada peça. Os mesmos surgiram e tiveram continuidade através de cursos e assessoria realizados nas respectivas comunidades, executados através dos Projetos de Geração de Renda da Divisão de Capacitação Profissional (DCP) da Prefeitura Municipal de Florianópolis, em parceria com a AFLOV (Associação

Florianopolitana de Voluntárias) e o Projeto GeraVida da COHAB. Nesse período de curso a equipe de técnicos da DCP, formada por quatro técnicos da área social, trabalhou com o intuito de incentivar a formação de um grupo de produção; e após o curso, iniciou-se um processo de organização do grupo. O material utilizado foi adquirido através da elaboração de uma solicitação de verba ao Conselho Municipal de Assistência Social.

A comercialização dos produtos dos dois grupos está sendo feita em dois pontos de venda: Casa do Artesão no Largo da Alfândega e no Box no Camelódromo Municipal, onde já são comercializados produtos da Cooperativa da Vestuária (COOPVEST), que também é fruto do mesmo Projeto da DCP/PMF e tem uma história semelhante aos grupos.

Hoje as artesãs dos grupos estão mais confiantes no trabalho, mas ainda lutam pela aquisição de um espaço próprio para comercialização, o que tornaria mais fácil além das vendas, a organização e a divulgação dos grupos.

Vale lembrar que as peças confeccionadas são, em sua grande maioria, exclusivas, e por ser um produto único, pode-se fazer encomendas, pois muitas vezes o consumidor não encontra seu tamanho e/ou cor preferida.



# Artesanato é alternativa para geração de renda

FOTO: MARCELI FERREIROS/ENCURT

**T**erças e quintas-feiras, um grupo de mulheres do Conjunto Habitacional Via Expressa, localizado no bairro Abraão, muda sua rotina diária e bate-ponto no Centro Comunitário local. Rodeadas de filhos, alguns recém-nascidos e acomodados em camas improvisadas, elas reúnem ali, de ser donas-de-casa para virar artesãs. É o núcleo de artesanato em crochê que, desde outubro do ano passado, participa de aulas gratuitas no condomínio e procura a dar os primeiros passos. Para mostrar o seu talento, o grupo está com presença garantida na segunda edição da Festa da Neve, desfile de moda que acontece na Lupus Beer no dia 23 de junho, com início às 23 horas.

"O evento mostra os bons resultados do Projeto Convida, programa desenvolvido pela Companhia Prefeitura Municipal de Florianópolis, que tem como objetivo ensinar à comunidade carente uma alternativa de trabalho para geração de renda", afirma Gelton Medeiros, um dos coordenadores da atividade social. A proposta, segundo ele, é a formação de uma futura cooperativa.

O curso é ministrado pela professora Flávia Paiva Mesquita, instrutora de artesanato do Serviço de Aprendizagem Comercial (Senac), que, além de ensinar as técnicas do crochê, ainda mostra às alunas como reaproveitar outros materiais na confecção de roupas artesanais. Uma calça jeans, por exemplo, pode ser transformada num bebê, uma zain ou apenas receber um detalhe em crochê. Lucre de taboas do alumínio também viram bolsos, cintos. "O crochê foi difícil e muitas alunas tentaram desistir do curso", comenta Flávia, lembrando o caso de dona Isabel Prudêncio, 48 anos, que sequer sabia o que era agulha. "Hoje, estou criando meus próprios modelos", afirma dona Isabel.

Elaine Rodrigues Prudêncio, 23 anos, também segue os passos da



**CROCHÊ:** Grupo de mulheres prepara coleção para desfile na Lupus

mãe. "Antes, levava 30 dias para confeccionar uma calça. Agora, demora apenas 12 dias", diz Elaine, confessando sua paixão pelo trabalho. Além do retorno financeiro, o curso de artesanato está trazendo outro benefício. Trata-se de uma terapia ocupacional que vem cobrando na redução de brigas familiares. "Quando não estou em aula, aproveito o horário das novelas ou de outros programas na televisão para fazer crochê", afirma dona Isabel, reconhecendo sua falta de paciência com os filhos antes de iniciar a nova atividade.

Embora subsidiados pelo Fundo de Assistência Municipal, que investiu um verba de R\$ 900,00 para compra de material, os integrantes do projeto estão reivindicando à comunidade do bairro algumas doações. Além de artigos como correntes, malhas de nylon, jeans, petates em geral, fios de lã e de linha, eles precisam de máquinas de costura para melhorar os acabamentos que hoje são feitos à mão.

## PONTOS DE VENDA

As roupas confeccionadas pelo núcleo podem ser encontradas na Casa do Artesão, na Alfândega, ou no Box da Cooperativa do Vestuário, no Camélotromo, centro da Capital. Quem quiser ainda conferir a coleção preparada para o desfile show da Lupus Beer, também poderá adquirir os produtos no próprio local. Entre os artigos, estarão em exposição mantas, xales, blusas, calças, casacos, saias e um vestido de noiva totalmente produzido em crochê.

**Aviário Coqueiros**  
Raças para  
cão, gato,  
passaros e  
chinchila



**FONE: 248-5322**  
ENTREGA DE RAÇÕES A DOMICÍLIO GRATUITA  
Av. Eng. Max de Souza, 1608 - Coqueiros  
Em frente ao Clube 12

**GRUPO DE PRODUÇÃO EM ARTESANATO EM CROCHÊ  
NÓS ARTESÃS UNIDAS DO ABRAÃO - NAUÁ**

**CADASTRO DE ARTESÃS**

Nº: \_\_\_\_\_

Nome	
Data de Nascimento	Idade:
Carteira de Identidade	
Carteira de Trabalho	
Endereço	Rua:
	Apartamento:
	Bloco:
	Fone de Contato:

Certifico, através deste estar ciente:

I – Do compromisso de trabalho com o Grupo de Produção em Artesanato em *Crochê Nós Artesãs Unidas Do Abraão - NAUÁ*, por tempo indeterminado. Tal compromisso poderá ser quebrado a qualquer momento, por qualquer uma das partes, sem a necessidade de comum acordo, sendo necessário aviso prévio de dez dias;

II – De que o material cedido pelo Grupo de Produção será de exclusivo uso para trabalhos coletivos, não podendo ser considerado de domínio individual, tendo o mesmo, como qualquer peça produzida, que ser devolvidos a partir do momento que houver a quebra de vínculo entre mim e o Grupo de Produção;

III – Que compete ao Grupo de Produção e a Equipe de Trabalho de Assessoria a cessão de material para produção, de espaço para comercialização nos pontos de venda e o ensino do artesanato em crochê e de gerenciamento de empreendimento popular coletivo;

IV – Que assumo, também, o compromisso de frequência regular ao Grupo de Produção como previamente combinado e arcar com eventuais despesas provenientes dos trabalhos com o Grupo de Produção.

Estando de acordo, assino embaixo.

Florianópolis, ..... de ..... de 2001.

\_\_\_\_\_  
Coordenadoria  
do Grupo de Produção

\_\_\_\_\_  
Artesã

				Adolescente/ PMF

#### 4 - PARCERIAS E SUAS ATRIBUIÇÕES NO PROJETO:

PARCERIA	ATRIBUIÇÃO
Caixa Econômica Federal Gerência de Apoio ao Desenvolvimento Urbano	Assessoria e suporte técnico social; Recursos financeiros do FUNDO PRODEC no valor de R\$
Prefeitura Municipal de Florianópolis <ul style="list-style-type: none"> <li>• Departamento de Desenvolvimento Social;</li> <li>• Divisão de Capacitação Profissional</li> </ul> Divisão dos Direitos da Criança e do Adolescente	-
Intecsoli	
UDESC – Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários	
Comunidade do Conjunto Habitacional Via Expressa.	- Através de processo participativo

#### 5 - CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO-ALVO

A população-alvo constitui-se de 174 famílias removidas de área de risco para o Conjunto Habitacional Via Expressa, tendo em geral, até cinco pessoas em sua composição (89,65%).

Os chefes de família são, na maior parte, pessoas jovens. A freqüência mais incidente se encontra na faixa de 23 a 33 anos, com 27,01% da população. As pessoas de 34 a 41 anos atingem o percentual de 25,86% dos entrevistados. Constatou-se que 24,14% das pessoas se encontram situadas na faixa etária de 18 a 25 anos.

Sendo os chefes de família relativamente novos, pode-se inferir ser esta a razão de se apresentarem famílias pequenas em sua composição.

Verifica-se que os proprietários dos apartamentos são, na maioria, do sexo feminino (52,30%). Quanto a situação civil, os homens amasiados constituem a maior incidência (36,79%), vindo a seguir 27,01% de mulheres solteiras e amasiadas (14,95%). Apenas 9,19% dos chefes de família são casados.

Embora residindo em Florianópolis, as famílias são provenientes, em sua maioria, do interior do Estado, particularmente do oeste e planalto serrano (60,34%).

A maior parte das famílias residentes no Conjunto Habitacional Via Expressa é composta por até dois filhos (55,17%), vindo a seguir aquelas compostas de 3 a 4 filhos (30,46%).

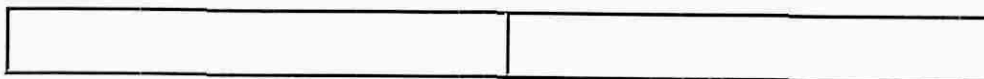
Os filhos dos entrevistados se encontram mais incidentemente em faixa etária que varia de 0 a 6 anos (48,09%). Logo a seguir, com o percentual de 29,62% constata-se a presença de crianças na faixa etária de 7 a 12 anos. Os jovens de 13 a 18 anos são em número menor (16,72%) e acima de 18 anos verifica-se o percentual de 5,57%.

Todos os dados apresentados até o momento só vêm a confirmar que a população pesquisada é predominantemente jovem.

A população do Conjunto Habitacional Via Expressa possui variação considerável de profissões. Há faxineiras (18,40%), serventes (9,80%), empregadas domésticas (8,62%), pedreiros (4,60%). As demais profissões aparecem em menor intensidade, tais como pintor (4,02%), vigia (3,45%), motoristas (2,90%), etc. Verifica-se que a grande maioria dos entrevistados não é qualificado profissionalmente o que limita, por certo, as possibilidades de colocação no mercado de trabalho.

Quanto ao perfil da situação econômico – financeira da população pesquisada, constatou-se que 47,93% percebe de 1 a 2 salários mínimos. Há aqueles que possuem renda mensal de 2 a 3 salários mínimos (24,71%). Observou-se um percentual de 21,26% de famílias com rendimentos na faixa de 0,5 a 1 salário mínimo. Cabe aqui ressaltar que tais dados foram coletados em agosto de mil novecentos e noventa e nove sendo que atualmente há muitas pessoas desempregadas na área, fato este constatado "in loco" no mês de setembro de dois mil.

Atualmente, a presença constante de técnicos sociais na área, exigida em decorrência de freqüentes situações conflituosas, constata um quadro social altamente complicado. A ocupação dos apartamentos do Conjunto Habitacional Via Expressa iniciou-se em agosto/99, e é flagrante o despreparo das famílias em morar nesse tipo de empreendimento.



A depredação dos espaços comuns e dos equipamentos coletivos têm demonstrado as dificuldades de adaptação da comunidade. Esta situação se amplia no tocante às questões de relações de vizinhança, com diversos conflitos interpessoais quando não, intra-familiares.

A gestão administrativa do condomínio também apresenta problemas, seja pela falta de qualificação e capacitação das lideranças locais, seja pelas acentuadas restrições financeiras dos moradores que não contribuem com as despesas de condomínio, cuja taxa de inadimplência é de quase 50%, situação que tem ocasionado reincidentes cortes no abastecimento d'água e de energia elétrica nas áreas comuns.

## 5.1 – HISTÓRICO

As primeiras ocupações na Via Expressa ocorreram há 15 anos, mas se intensificaram nos últimos 5 anos, tendo sido ocupadas as duas margens da Via Expressa, numa linha de 5 quilômetros, de ambos os lados. A chamada Via Expressa (BR 282) saindo da BR 101 que corta o litoral catarinense de norte a sul, é a principal via de acesso aos municípios de Florianópolis e São José.

Provinda de diversas regiões do Estado, notadamente das áreas rurais, a população instalou-se em condições sub-humanas, sob fios de alta tensão, correndo todos os riscos que o sistema viário local oferecia, sem saneamento básico ou qualquer tipo de infra-estrutura.

No início da década de noventa, o poder público começou a preocupar-se com um processo de desfavelização da Via, que contava com aproximadamente 400 famílias.

Em 1992 surgiu o Programa de Desfavelização da Via Expressa que previa a desocupação de 50 m de cada lado, para abertura das marginais, advindo a necessidade da relocação das famílias ali residentes. Com a doação de um terreno no município de São José, 262 famílias foram removidas para o Conjunto Habitacional José Nitro, construído pela COHAB/SC. Um ano após, em outubro de 1993, mais 144 famílias foram transferidas pela COHAB/SC, para o Conjunto Habitacional Caminho Novo, no município de Palhoça.

Cabe ressaltar que um percentual considerável (estimamos em 30%) das famílias removidas acabaram não se fixando nas novas áreas, muitas delas retornando à área de ocupação das marginais da Via Expressa, onde já tinham consolidado algum tipo de geração de renda, seja em serviços domésticos, seja em biscates ou subempregos.

A partir de 1994, não sendo executadas as obras de abertura das marginais após a remoção, as áreas voltaram a ser ocupadas.

Em 1996, segundo cadastro da Prefeitura Municipal de Florianópolis, haviam 468 famílias na via.

Nova intervenção veio a ser planejada, visando o reinício do processo de desfavelização, sendo firmado para tanto um convênio entre Governo Estadual e AVEX (Associação Pró – Desenvolvimento da Via Expressa). Foi doado um terreno à COHAB/SC, pelo Grupo Arroz Fumacense, para elaboração do projeto do Conjunto Habitacional Via Expressa, com recursos oriundos do Fundo Estadual de Habitação e do Programa Habitar- Brasil.

Enquanto aguardavam a construção do empreendimento, em alojamento provisório, sessenta e uma (61) famílias obtiveram financiamento para aquisição de unidade isolada junto à COHAB/SC.

Em agosto de mil novecentos e noventa e nove foram removidas 90 famílias para o Conjunto Habitacional Via Expressa, que passaram a ocupar 5 blocos concluídos do total previsto para o empreendimento. Atualmente 16 famílias já venderam ou trocaram o imóvel, sendo que apenas 10 regularizaram a situação junto à COHAB/SC; 57 famílias estão inadimplentes, muitas não pagam sequer o condomínio, sendo os blocos 06 e 07, os de situação mais crítica, sofrendo sucessivos cortes de água e luz.

Alguns chefes de família sem trabalho passam a viver de biscates, tráfico de drogas, armas, prostituição, etc. É uma mão de obra predominantemente desqualificada e que apresenta baixíssima renda.

Em agosto do ano dois mil foram transferidas 87 famílias para o Conjunto, completando a ocupação dos demais blocos. As famílias não beneficiadas com apartamentos foram transferidas para núcleos habitacionais construídos pela Prefeitura Municipal de Florianópolis ou receberam indenização de benfeitoria para desocupação da área.

Um ano após o início da ocupação do empreendimento verifica-se que o benefício físico implantado não atendeu a ampla gama de necessidades dessa população.

## 5.2. SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS EXISTENTES

O bairro Abraão no qual o Conjunto Habitacional Via Expressa está inserido, é servido de equipamentos comunitários e serviços tais como: posto de saúde (a 200m), creche (200m), quadras de futebol suíço (200m), Associação dos moradores do Abraão – AMBA (200m), feira "direto do campo" (300m), loja de material de construção (500m), transporte coletivo (600m), orelhão (50m), padaria (600m), peixaria (600m), papelaria (800m), armazém (600m), igrejas Universal e Católica (600m), posto de gasolina (800m), vídeo locadora (800m), escola de Iº e IIº grau (2 km), supermercado (1,5km).

Constatamos com o aumento da demanda, a necessidade de ampliação de atendimento, principalmente da creche e posto de saúde.

## JUSTIFICATIVA

- O despreparo das famílias para morar em apartamentos ou sistema de condomínio tem provocado depredações constantes das áreas e equipamentos coletivos;
- a inadimplência em relação ao imóvel e ao condomínio que alcança um índice de 46,67%, causado pela falta de condições financeiras, desemprego, desmotivação ou desvalorização em relação ao imóvel;
- o desemprego ocasionado pela falta de qualificação profissional, tem levando muitas famílias a sobreviverem de tráfico e prostituição, ou até mesmo entregues à miséria, vivendo de doações ;
- a grande maioria pertence ao mercado informal , exercendo atividades de sub-emprego, não possuindo inscrição na previdência social;
- o analfabetismo e a baixa escolaridade existente , limitam as possibilidades de ascensão profissional e o exercício pleno da cidadania;
- o alto número de crianças e adolescentes ociosos, oportunizando o convívio com as drogas e a criminalidade;
- o não cumprimento do Regimento Interno do Condomínio (lixo a céu aberto, varais inadequados, animais...);
- a urgente necessidade de implementação de serviços (vagas na creche e escola, transporte coletivo, telefones públicos, policiamento...);



- a crescente incidência de roubos (botijões de gás, portas de alumínio das lixeiras e do gás, roupas do varal...).

Percebemos portanto, que o problema vai além da questão habitacional. Estamos diante de um problema social de grandes proporções, com reflexos no bairro em que está inserido.

## **OBJETIVOS**

### **Geral:**

Resgatar a auto-estima da população moradora do Conjunto Habitacional Vía Expressa e o exercício da cidadania, através da atuação integrada de profissionais e organizações nas áreas de educação, saúde, esporte e especialmente trabalho e renda, de forma a possibilitar condições de vida mais dignas e solidárias, estimulando a organização e o desenvolvimento comunitário.

### **Específicos**

- Possibilitar a capacitação de lideranças, através da ampliação dos canais de participação e de formas associativas de manifestação.
- Proporcionar através de educação sanitária e ambiental, mudança de valores e práticas individuais e coletivas, favorecendo melhor qualidade de vida comunitária.
- Implementar ações visando a qualificação de pessoas para o trabalho, criando e articulando mecanismos para formação profissional e acesso às oportunidades de emprego.

## **ÁREAS DE ATUAÇÃO**

Dentro deste projeto há áreas de interesse específicas, que exigem uma atuação global e coletiva, inserindo neste contexto e processo diversos órgãos e instituições, sendo estes Prefeitura Municipal de Florianópolis ( Divisão de Capacitação Profissional, Divisão de Ação Comunitária, Divisão de Habitação, PROATI, Divisão da Criança e Adolescente), Companhia de Habitação/SC, Caixa Econômica Federal, UFSC (Incubadora Tecnológica de Economia Solidária), LBV , AMBA, UDESC, IPUF, FLORAM.

Cada órgão ou instituição, dentro do projeto, possuirá suas atribuições específicas, mas não limitantes da ação ou estanques entre si.

Como áreas de atuação a serem abordadas temos:

1 – Educação Sanitária e Ambiental: Objetivar-se-á proporcionar educação sanitária e ambiental, com vistas a melhoria da qualidade de vida comunitária., que exigirá um trabalho de mobilização comunitária frente à insalubridade e má conservação do local, através da organização e conscientização dos moradores. Tal ação poderá vir a gerar atividades ocupacionais e rentáveis para toda a comunidade, através da reciclagem do lixo e até mesmo da limpeza do local.

2 - Geração de Emprego e Renda: Área de atuação que procurará oferecer aos moradores, em idade produtiva, alternativas de geração de renda através de cursos de *qualificação profissional e formação de núcleos de atividades rentáveis*. Buscará o desenvolvimento da empregabilidade dos moradores, capacitando-os e treinando-os para a inserção no mercado de trabalho, através da qualificação da mão-de-obra, incentivo à formação de núcleos de geração de renda na própria comunidade e sob a gestão coletiva e popular. Com a finalidade, não só de desenvolver o empreendedorismo individual ou coletivo, mas também o desenvolvimento da dignidade humana e resgate da cidadania através do trabalho;

3 - Educação: Visa desenvolver um trabalho não só ocupacional, mas também de educação social, cultural, esportiva e de atenção à saúde, evitando a marginalidade e a drogadição, o trabalho infantil, a ociosidade e a falta de perspectivas de vida. Este trabalho busca o envolvimento não somente dos pais, mas de toda comunidade sobre a questão, como agentes co-gestores das ações. Assegurará ocupação *lúdica às crianças, acompanhamento escolar e de saúde*, envolvendo os pais na atenção à educação das mesmas e incentivará o adolescente a desenvolver atividades ocupacionais, tirando-o da situação de risco, preparando-o para inserção no mercado de trabalho.

4 - Relações interpessoais: Objetiva resgatar com os vários segmentos da população, o significado da dignidade humana e cidadania, através da motivação, convivência e desenvolvimento de atividades ocupacionais, recreativas e produtivas, envolvendo-os nas questões comunitárias e condominiais.

5 - Gestão de condomínio: Investirá em ações de capacitação e treinamento de novas lideranças formais para o gerenciamento do condomínio, visando a conservação, manutenção e valorização do patrimônio coletivo.

6 - Serviços Básicos: Facilitará o acesso das famílias do Conjunto Habitacional aos serviços de saúde da comunidade, creche, escola, telefone público, transporte coletivo, buscando sua ampliação para atendimento desta nova demanda.

Todo o trabalho será desenvolvido com base na metodologia de desenvolvimento de comunidade, que tem como pressupostos a conscientização, mobilização e construção da participação comunitária, buscando a convivência solidária.

## **METODOLOGIA**

A COHAB/SC atuará como agente articulador, promovendo reuniões, buscando soluções aos problemas detectados, identificando estratégias de ação, através de parcerias com a comunidade, instituições governamentais ou não, a fim de desencadear uma ação de cidadania.

São condições fundamentais para desenvolvimento do projeto:

- a constituição de uma equipe interdisciplinar nas diferentes áreas de abordagem para desenvolvimento do projeto;

- a participação da comunidade em todas as etapas e atividades do processo, para assumir a gestão futura de seu próprio desenvolvimento e organização.

Inicialmente será feita a identificação das necessidades e problemas da população, definindo as prioridades junto com a comunidade e de forma interprofissional.

A articulação dos recursos institucionais, humanos e financeiros é pressuposto básico para viabilizar as soluções.

Serão elaborados sub-projetos nas áreas específicas, definindo metas, recursos e prazos de execução em parceria com os órgãos envolvidos no processo, passando-se em seguida à viabilização de sua execução.

Em todo esse processo será necessário o gerenciamento e acompanhamento às ações, avaliando-as permanentemente junto com a população e os órgãos, definindo mudanças de rumo necessárias.

Essas ações terão como prioridade o envolvimento comunitário de seus sujeitos não como alvo de mudanças, mas como co-autores da transformação, colocando-os como principais responsáveis por sua emancipação social, individual e coletiva, objetivando o exercício da plena cidadania, em seus deveres,

direitos e auto-gestão.

## OPERACIONALIZAÇÃO

- Formação de parcerias, discussão e construção de ações de intervenção no Conjunto Habitacional Via Expressa;
- Aproximação da comunidade através de lideranças informais, a fim de se conhecer a realidade local, demandas sociais e aprofundamento no conhecimento sobre recursos humanos comunitários potenciais colaboradores no início do projeto;
- Realização de cursos de capacitação de lideranças comunitárias, a fim de se formar e formalizar lideranças da própria comunidade;
- Aplicação de questionário sócio-econômico-produtivo, com envolvimento de técnicos, líderes comunitários e outros moradores, a fim de se traçar um perfil humano quanti-qualitativo;
- Pesquisa da estrutura física do condomínio, a fim de melhor conhecer a realidade do patrimônio;
- Divulgação maciça do projeto e resultados das pesquisas, para propiciar total esclarecimento e adesão ao projeto, através de reuniões e boletins informativos;
- Elaboração de sub-projetos nas áreas de interesse, com base no contingente comunitário e nos públicos de interesse, definindo metas, recursos e prazos de execução.
- Articulação dos recursos institucionais, humanos e financeiros para viabilizar as soluções;
- Divulgação de cursos, grupos temáticos e empreendimentos, buscando a adesão comunitária, através de reuniões e veículos informativos, possibilitando, ainda, a discussão sobre os assuntos para melhor se adequarem à realidade comunitária;
- Realização de cadastros e triagem dos sujeitos potenciais participantes dos grupos temáticos;
- Organização dos grupos temáticos nas áreas afins e início de suas atividades;
- Mobilização e participação da comunidade em mutirões de recuperação e manutenção do patrimônio habitacional;
- Formação, capacitação e treinamento de um grupo administrativo, objetivando o gerenciamento do condomínio;
- Realização de palestras e reuniões coletivas e de públicos temáticos, com vistas a conscientização sócio-comunitária, reeducação habitacional, ambiental e social, bem como, para a avaliação das ações desenvolvidas.

## RECURSOS

Para a realização do projeto, contar-se-á, principalmente, com recursos comunitários humanos e materiais, caracterizando o projeto como objeto comunitário, sendo estes equipamentos comunitários (correspondendo aos espaços físicos para a realização de reuniões, cursos, atividades recreativas e ocupacionais) e recursos humanos compostos por líderes comunitários, moradores, colaboradores engajados nos objetivos do projeto.

Institucionalmente falando, contar-se-á com os recursos humanos, direcionados para a elaboração do projeto e sub-projetos, para organização e otimização dos demais recursos, assessoria e acompanhamento das atividades e controle e avaliação do projeto.

Os recursos necessários, humanos, materiais e financeiros, para cada ação e atividade serão definidos dentro de seu sub-projeto específico, bem como sua política de atendimento.

## CONTROLE E AVALIAÇÃO

O controle das atividades realizadas dentro do projeto e sub-projeto terá, quantitativa e qualitativamente, base nos indicadores de processo:

- frequência e presença em reuniões comunitárias;
- número de cursos realizados;
- número de formandos/número de pessoas participantes nos cursos;
- frequência em cursos;
- número de encaminhamentos ao mercado de trabalho/número de formandos;
- número de núcleos de geração de renda formados;
- número de participantes integrados aos núcleos, frequência nos mesmos;
- frequência e presença em reuniões temáticas;
- número de grupos temáticos formados;
- número de participantes nos grupos, frequência;
- número de participantes nos projetos comunitários;
- atividades x cronograma;
- alcance dos objetivos e metas previstos.

As avaliações serão periódicas , contarão com a apreciação da coordenação geral e terão como base o resgate dos indicadores de controle e os resultados projetados em cada sub-projeto.

Para elaboração deste projeto, contamos a participação de toda equipe técnica relacionada no item 3 do projeto.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS  
SECRETARIA DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
DIVISÃO DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL**

**CONJUNTO HABITACIONAL DA VIA EXPRESSA**

**SUB-PROJETO DE GERAÇÃO DE  
EMPREGO E RENDA**

**EQUIPE TÉCNICA: Adair Silveira  
Cleusa Regina Heidemann  
Fátima Doriette da Silva  
Gelton Medeiros  
Gisele Pinheiro Souza**

**Florianópolis, outubro de 2000**

## I – APRESENTAÇÃO

Na origem de muitos problemas sociais de centros urbanos como Florianópolis, pólo turístico e centro administrativo/político está a migração de um contingente populacional de outras regiões do estado e do país. Geralmente estas pessoas não encontram condições de vida idealizada, tendo em vista serem, na sua maioria, inexperientes quanto à vida urbana e sem qualificação profissional, para competir num mercado de trabalho limitado e exigente.

O desemprego representa fator limitante ao pleno desenvolvimento da capacidade das pessoas de proverem suas necessidades básicas de alimentação, saúde e educação, contribuindo para o aumento das disparidades de renda e, mais grave, deteriora o sentimento de auto-valorização das pessoas.

O Sub-Projeto de Geração de Emprego e Renda, da Divisão de Capacitação Profissional, da Prefeitura Municipal de Florianópolis, elaborado para ser desenvolvido no Conjunto Habitacional da Via Expressa, pretende, através de ações voltadas para a qualificação profissional e geração de emprego e renda, contribuir para a melhoria da qualidade de vida daquela população, para que estas pessoas possam corresponder a requisitos cada vez maiores para a inserção no mercado de trabalho da economia moderna.

## II – JUSTIFICATIVA

Considerando:

- a necessidade de vincular habitação com geração de renda;
- a inadimplência dos moradores em relação ao imóvel e ao condomínio;
- o grande número de famílias exercendo atividades de subemprego;
- a dificuldade de acesso ao emprego devido a falta de qualificação profissional;
- o alto índice de tráfico e de prostituição.

Justifica-se o presente projeto.

### **III – OBJETIVO GERAL**

Desenvolver ações na área de geração de renda, através da qualificação profissional, estímulo à criação de empreendimentos produtivos e encaminhamento ao mercado de trabalho, visando o aumento da renda familiar e melhoria da qualidade de vida.

### **IV – OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- proporcionar aos moradores condições de efetuar o pagamento de despesas de condomínio e financiamento dos apartamentos;
- oportunizar melhores condições de acesso ao emprego, através da qualificação profissional;
- prevenir a criminalidade, oferecendo perspectivas de melhores condições de vida;
- diminuir o índice de subemprego;
- oportunizar formas alternativas de geração de renda;
- desenvolver a empregabilidade, orientando para o mercado de trabalho e desenvolvendo a consciência crítica dos direitos e deveres do trabalhador.

### **V – AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS**

1. Desenvolver um curso de capacitação de lideranças comunitárias
2. Aplicar pesquisa do perfil produtivo com todos os moradores com idade acima de 16 anos.
3. Desenvolver e acompanhar cursos de qualificação profissional.
4. Implantar e implementar núcleos de geração de renda.
5. Orientar e encaminhar ao mercado de trabalho.

### **VI – METODOLOGIA**

Em todo o processo de intervenção será desenvolvida uma metodologia que atenderá às demandas na área de geração de renda encontradas nessa comunidade de forma global, onde envolverá um corpo técnico diversificado em contato direto e envolvimento com a comunidade

Para início dos trabalhos será desenvolvido um conhecimento quantitativo a respeito do contingente humano da comunidade, através de questionário, afim de se obter o perfil produtivo da comunidade a se trabalhar, sabendo com quantas pessoas e em que condições se encontram.

Para aplicação de tal questionário contar-se-á, desde já, com o envolvimento comunitário, através de suas lideranças, que já terão participado de um curso de formação de lideranças comunitárias.

Tal curso terá o objetivo de capacitar tais lideranças para o exercício comunitário de multiplicadores e gestores populares, e a aplicação do questionário oportunizará treinamento para essas lideranças, dando início à sua dinamização e responsabilidade comunitária.

A partir de um conhecimento humano da comunidade, buscará um conhecimento da estrutura físico-habitacional, suas condições patrimoniais, ambientais e uma diagramação do espaço físico disponível para utilização pelo sub-projeto, pois para pleno caráter comunitário dos empreendimentos a serem implementados faz-se importante a utilização dos próprios recursos e equipamentos comunitários disponíveis. Tal conhecimento será obtido através de levantamento observacional.

As atividades terão seu início através de cursos profissionalizantes direcionados, desde o início à formação de grupos de produção e/ou serviços. Será, a partir dos cursos, dada certa atenção à formação, capacitação e treinamento dos cursandos para a gestão dos empreendimentos produtivos, compromissando-os com a sustentabilidade dos grupos de produção e/ou serviços, colocando-os como empreendedores e não como meros operários-padrão

Serão também realizadas palestras, reuniões e dinâmicas de grupo como forma de treinamento para o ingresso no mercado de trabalho para aqueles que não aderirem aos empreendimentos produtivos comunitários, preferindo a estrutura formal do mercado de trabalho.

Todas essas ações terão como prioridade o envolvimento comunitário de seus sujeitos não como alvo de mudanças, mas como co-atores da transformação, colocando-os como principais responsáveis pela sua emancipação social, individual e coletiva, a fim do exercício da plena cidadania, em seus deveres, direitos e auto-gestão.



## VII – RECURSOS

HUMANOS: 03 assistentes sociais	
01 educador social	
01 estagiário de Serviço Social	
instrutores para os cursos	
MATERIAIS: Material de consumo para execução dos cursos e criação dos núcleos de produção	
<b>Total</b>	<b>R\$ 5.000,00</b>
FINANCEIROS: passes para instrutores e assessores	R\$ 200,00
lanches para os cursos	R\$ 500,00
assessoria de controle de qualidade para 02 núcleos de produção	R\$ 2.300,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 3.000,00</b>

## VIII – INDICADORES

O controle das atividades realizadas dentro do sub-projeto terá, qualitativamente, base nos indicadores de processo:

- frequência e presença em reuniões comunitárias;
- número de cursos realizados;
- número de formandos/número de pessoas ingressas nos cursos;
- frequência em cursos;
- número de encaminhamentos ao mercado de trabalho/número de formandos;
- número de núcleos de geração de renda formados;
- número de adesões aos núcleos, frequência nos mesmos;
- número de adesões de colaboradores comunitários;
- atividades x cronograma;
- alcance dos objetivos e metas previstos.

As avaliações serão periódicas e contarão com a apreciação da coordenação geral e tendo como base o resgate dos indicadores de controle e os resultados projetados no sub-projeto.

## IX - CRONOGRAMA

Atividades	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Aproximação Física com a Comunidade	■	■		
Elaboração do Sub-Projeto de Geração de Renda		■		
Execução do Curso de Reaproveitamento Material Reciclavel em Forma de Artesanato		■	■	
Execução do Curso de Capacitação de Lideranças			■	
Execução do Curso de Reaproveitamento do Lixo			■	■
Aplicação e Interpretação da pesquisa do Perfil Produtivo			■	■
Acompanhamento aos Cursos de Qualificação Profissional		■	■	■
Avaliação das Atividades do Sub-Projeto e Planejamento Para o Semestre 2001/1				■

## SÍNTESE DA TABULAÇÃO DA PESQUISA

### Projeto Geravida – Comunidade do Conjunto Habitacional Via Expressa

#### ◆ Informações de Interesse

<b>Chefes de Família de 8 a 35 Anos</b>	85
<b>Chefes de Famílias: sexo masculino</b>	
Desempregados	13
Mercado Informal	11
Autônomos	21
<b>Chefes de Famílias: sexo feminino</b>	
Desempregadas	40
Autônomas	19
<b>Ocupação mais freqüente: homens</b>	
Pedreiro	8
Servente	10
biscateiro	13
<b>Ocupação mais freqüente: mulheres</b>	
Doméstica	15
Serviços gerais	16
Deficientes Físicos	11
<b>Cursos de Interesse</b>	
Artesanato	3
Crochê	10
Tarrafa	1
Pinturas	5
Printura Porcelana Fria	1
Velas Perfumadas	1
Cozinheira	20
Corte e Costura	9
Cabeleiriera	11
Computação	11
<b>Empreendimentos de Interesse</b>	
Venda de roupas	5
Salão de Beleza	5
Quiosque	4
Venda culinária	6
Ambulante	8
Venda doces e salgados	12
<b>Grupos de Interesse</b>	
Alimentos Manufaturadas	24
Congelados	5
Culinária	7
Trabalhos Manuais	2
Pintura/ Pintura em Tela	1/1
Artesanato	1
Crochê	14
Costura	3
<b>Melhorias para o Conjunto</b>	
Arborização	44
Horta	61

■GERAVIDA ■

"GERAÇÃO DE RENDA E VALORIZAÇÃO DA VIDA"

TÉCNICOS RESPONSÁVEIS:

FÁTIMA REGINA DA SILVA E MÁRCIA CECHETTO BATISTA

FLORIANÓPOLIS/SC

SETEMBRO 2000

## **1 - IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL**

Proponente: Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina – COHAB/SC

Município: Florianópolis/SC

Endereço: Fúlvio Aducci, 767 , Estreito – Florianópolis/SC

Telefone:2487300 Fax: 244-9870 e-mail: cohab@cohab.sc.gov.br

## **2 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**

Programa: Habitar Brasil

Modalidade: Urbanização de áreas não ocupadas

Localização do Empreendimento: Rua João Meirelles, 1780 – Abrão CEP 88085200

Agente Executor: Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina

Área Gestora do Projeto: Divisão De Programas Especiais - DIPES

Endereço: Fúlvio Aducci, 767 , Estreito – Florianópolis/SC

Telefone: 248-7300 – Ramal:526/583 Fax:248-7300 r.221 e-mail: dipes@cohab.sc.gov.br

Período de implantação do Projeto Social: 12 MESES

Valor Estimado do Projeto: R\$

Valor Estimado de Contrapartida: R\$

3 - COMPOSIÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

NOME	FORMAÇÃO	ATRIBUIÇÃO	Nº HORAS/ SEMANA	INSTITUIÇÃO
<b>COORDENAÇÃO GERAL</b>				
Fátima Regina da Silva	Serviço Social	Responsável Técnica Gerenciamento do Projeto	20	COHAB/SC
Celzina Maria Pereira	Economista	Assessoria	03	IPUF
Sandro M. Xavier	Psicologia	Assessoria e Suporte Metodológico	03	CEF
Edna da Silva Berto	Serviço Social	Gerenciamento Articulação Intra-Institucional	12	PMF
Ézio Daros	Pedagogia	Integração comunitária	03	AMBA
Kátia R. H. Schappo	Serviço Social	Assessoria	03	COHAB/SC
<b>SUBPROJETO GESTÃO CONDOMINIAL</b>				
Márcia C. Batista	Serviço Social	Coordenação e Execução do Sub-Projeto de Gestão Condominial.	20	COHAB/SC

Antônio Nkiamawete	Estagiário de Serviço Social	Gestão da Informação	20	PMF
<b>SUBPROJETO GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA</b>				
Adair Silveira	Serviço Social	Coordenação subprojeto geração de emprego e renda Apoio metodológico	06	PMF/DCP
Gelton Medeiros	Estagiário de Serviço Social	Organização e planejamento de empreendimentos produtivos, coletivos e populares	06	PMF/DCP
Fátima Doriette da Silva	Pedagogia	Mobilização, organização e acompanhamento	06	PMF/DCP
Gisele Pinheiro Souza	Serviço Social	Mobilização, organização e acompanhamento	06	PMF/DCP
Cleusa Regina Heidmann	Serviço Social	Mobilização, organização e acompanhamento	06	PMF/DCP
Carlos Luiz Ribeiro do Carmo		Gestão Subprojeto Cooperativismo	03	UFSC/INTEC SOLI
				Fundação Franklin Cascaes
<b>SUBPROJETO MEIO AMBIENTE</b>				
Carlos Alberto S. Cruz	Arquiteto	Gestão subprojeto, educação sanitária e ambiental	06	FLORAM
				COMCAP
<b>SUBPROJETO RELAÇÕES INTERPESSOAIS</b>				
Fabiana de Souza	Serviço Social	Gestão subprojeto de relacionamentos interpessoais	04	LBV
<b>SUBPROJETO EDUCACIONAL</b>				
Neli Góes Ribeiro	Pedagoga	Gerenciamento, subprojeto educação, cultura, esporte e lazer	20	UDESC
				Divisão da Criança e do